



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RODRIGO FAGUNDES LUZ SERRANO

EVANGÉLICOS NO CONGRESSO:

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A 55ª LEGISLATURA (2015-2019)

João Pessoa - PB

2020

RODRIGO FAGUNDES LUZ SERRANO

EVANGÉLICOS NO CONGRESSO:

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS DURANTE A 55ª LEGISLATURA (2015-2019)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Área de Concentração: Ciência Política

Linha de Pesquisa: Instituições e Análise Política

João Pessoa - PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S487e Serrano, Rodrigo Fagundes Luz.

Evangélicos no Congresso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados durante a 55ª Legislatura (2015-2019) / Rodrigo Fagundes Luz Serrano. - João Pessoa, 2020.

66 f.

Orientação: Rodrigo Freire de Carvalho e Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Congresso Nacional. 2. Frente Parlamentar Evangélica. 3. Religião. I. Silva, Rodrigo Freire de Carvalho e. II. Título.

UFPB/BC



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS



ATA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado DO ALUNO
RODRIGO FAGUNDES LUZ SERRANO

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às quinze horas, realizou-se na Sala 402, do CCHLA, a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: "Evangélicos no Congresso: Uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados durante a 55ª Legislatura (2015-2019)", apresentada pelo aluno Rodrigo Fagundes Luz Serrano, Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. O Profº. Drº. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva (PPGCRI/UFPB), na qualidade de orientador, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os Professores Doutores Ítalo Fittipaldi (PPGCRI/UFPB) e Tássia Rabelo de Pinho (DCS/CCHLA/UFPB). Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente ProfºDrº. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra ao mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi argüido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de argüição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: APROVADO. Proclamados os resultados pelo Profº. Drº. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Profº. Drº. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva Secretário ad hoc) lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 28 de fevereiro de 2020.

Tássia Rabelo de Pinho
Profº Drª Tássia Rabelo de Pinho

Ítalo Fittipaldi
Profº Drº Ítalo Fittipaldi

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
ProfºDrº Rodrigo Freire de Carvalho e Silva

Presidente da Banca

Observações:

Considerar as observações apresentadas pela banca no momento da revisão final do trabalho.

O Analfabeto Político

O pior analfabeto é o analfabeto político,

Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.

Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política.

Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e o lacaios das empresas nacionais e multinacionais.

(BRECHT, Bertholt. *O Analfabeto Político*. In: DANTAS, Humberto. **Educação política: sugestões de ação a partir de nossa atuação**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2017. p. 9.)

RESUMO

A Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados, organizada como a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional durante a 55^o Legislatura (2015-2019), com 199 Deputados Federais e 4 Senadores em sua composição, conquistou muito poder nos últimos anos, em especial após o pleito de 2014, com um grande capacidade de pressão para aprovação de projetos de sua pauta, fazendo o uso da política como uma via de afirmação da moral cristã sobre costumes privados. Este grupo conquistou muita influência nos últimos anos por meio de uma estratégia eleitoral que maximizou o número de Deputados Federais eleitos alinhados a suas crenças cristãs por meio do sistema proporcional e uma atuação parlamentar em aliança com outras bancadas, especialmente a da segurança pública e a do agronegócio, além do uso meticuloso de regras presentes no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. A análise de sua atuação em projetos de lei publicamente patrocinados por esta frente parlamentar mostrou o alinhamento dos mesmos com uma pauta conservadora nos costumes e liberal da economia. Em um aprofundamento maior do estudo, foram consideradas três votações paradigmáticas na Câmara dos Deputados que evidenciam um alinhamento entre seus membros em torno da redução da maioria penal, do *impeachment* de Dilma Rousseff e da reforma trabalhista, com um grau de coesão menor neste último. Para esclarecer os posicionamentos deste grupo e traçar tendências futuras, finalizo o trabalho com observações sobre o “Manifesto à Nação”, documento publicado no final da 55^a Legislatura pela Frente Parlamentar Evangélica. O estudo do modo como estes parlamentares foram eleitos e seu comportamento no Congresso Nacional é de grande importância para a compreensão do cenário político brasileiro, com mudanças que estão em curso e possíveis alterações legislativas por vir.

Palavras-chave: Congresso Nacional. Frente Parlamentar Evangélica. Religião.

ABSTRACT

The Evangelical Group in the Chamber of Deputies, organized as the Evangelical Parliamentary Front of the National Congress during the 55th Legislature (2015-2019), with 199 Federal Deputies and 4 Senators in its composition, has gained a lot of power in recent years, especially after the election of 2014, with great pressure to approve projects on its agenda, making use of politics as a way of affirming Christian morals on private customs. This group has gained a lot of influence in recent years through an electoral strategy that maximized the number of elected Federal Deputies aligned with their Christian beliefs through the proportional system and a parliamentary performance in alliance with other groups, especially the ones of public security and agribusiness, in addition to the meticulous use of rules on the Internal Regulations of the Chamber of Deputies. The analysis of its performance in bills publicly sponsored by this parliamentary front showed their alignment with a conservative agenda in the customs and a liberal in the economy. In a deeper study, three paradigmatic votings were considered in the Chamber of Deputies that show an alignment among its members around the reduction of the criminal majority, the impeachment of Dilma Rousseff and the labor reform, with a lower degree of cohesion in the latter. To clarify the positions of this group and to trace future trends, the work ends with observations on the “Manifest to the Nation”, a document published at the end of the 55th Legislature by the Evangelical Parliamentary Front. The study of how these parliamentarians were elected and their behavior in the National Congress is of great importance for the understanding of the Brazilian political scenario, with changes that are underway and possible legislative changes to come.

Keywords: Evangelical Parliamentary Front. National Congress. Religion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
METODOLOGIA	13
1. RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL	16
1.1.PARTIDOS E BANCADAS CONSERVADORAS ATÉ 1988	16
1.2.A ATUAÇÃO DOS EVANGÉLICOS APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO.....	18
1.3.A MUDANÇA NA ELEIÇÃO DE 2014	20
2. FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA 55ª LEGISLATURA	24
2.1.COMPOSIÇÃO SOCIAL E DENOMINAÇÕES	24
2.2.PROPOSTAS LEGISLATIVAS	30
2.3.COMPORTAMENTO NAS VOTAÇÕES.....	32
3. DISCURSO DA BANCADA EVANGÉLICA: CONSERVADORISMO MORAL E LIBERALISMO ECONÔMICO	42
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS	63

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Religião e Renda no Brasil	24
Gráfico 1 – Votação Impeachment Total	35
Gráfico 2 – Votação Impeachment FPE	35
Gráfico 3 – Votação Redução da Maioridade Penal Total	36
Gráfico 4 – Votação Redução da Maioridade Penal FPE	37
Gráfico 5 – Votação Reforma Trabalhista Total	39
Gráfico 6 – Votação Reforma Trabalhista FPE	39
Tabela 2 – Votação dos Parlamentares da FPE	50

INTRODUÇÃO

No Ocidente, o processo de secularização do Estado tem como marco inicial principal o fim da Idade Média, com a ascensão de Estados Modernos e uma estrutura política que buscava uma legitimação para além da religião. Pensadores como Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau procuraram fundamentar a existência do Estado de forma racional, diferente do que era feito nos períodos históricos anteriores, em que a justificação do poder era atribuída à vontade divina.

O processo de “desencantamento” do mundo, como descreveu Weber, teve como um de seus principais fatores a ética racional do protestantismo ascético calvinista. O entendimento da influência de fatores religiosos no desenvolvimento de sistemas econômicos levou a uma maior compreensão sobre os fatores que levaram a religião a ocupar um papel não mais determinante das políticas estatais, mas apenas mais um dos atores sociais que direcionam os governos.

Este processo de “dessacralização” levou ao laicismo estatal que está na base do liberalismo político, com a separação do Estado e da Igreja no ordenamento jurídico e político das sociedades democráticas contemporâneas. Atualmente, a ingerência da religião em assuntos de Estado no Ocidente não se destina a reverter esta separação, mas sim na atuação em instituições características da democracia com vistas a defender identidades e valores considerados sagrados, conservadores e tradicionais.

Neste ponto, é importante diferenciar os conceitos de fundamentalismo, protestantismo e evangelicalismo. O “fundamentalismo é um conjunto de idéias e práticas que tenta resgatar os fundamentos de uma religião, qualquer que seja ela, propondo teologias mais ortodoxas” (SOTTOMAIOR, 2014, p. 74). O protestantismo é uma dissidência do cristianismo surgida a partir da Reforma Protestante, a partir do século XVI. O evangelicalismo se refere às dissidências dentro do cristianismo protestante a partir da década de 1730 nas quais existe um maior engajamento de seus fieis na conversão de novos integrantes, no que se chamou de “avivamento religioso” (Idem, Ibidem). Note-se que o protestantismo surgiu a partir do catolicismo sob uma justificativa de fundamentalismo religioso, de adoção de uma teologia mais ortodoxa, e que o evangelicalismo surgiu do protestantismo sob o mesmo argumento.

A adoção de uma teologia mais ortodoxa se reflete em muitos aspectos da vida de seus convertidos, inclusive no que tange a política. Neste setor, os fiéis denominam sua atuação como conservadora, tendo em vista o pressuposto de que a sociedade ocidental é cristã e eles tentariam conservar os valores morais desta vertente religiosa. Tal atuação pode ser constatada com o estudo da política norte-americana, uma das mais antigas democracias em funcionamento no mundo. Nos Estados Unidos, políticos em sua maioria vinculados ao Partido Republicano, especialmente aqueles filiados a denominações evangélicas, buscam defender projetos a favor de uma educação pública orientada por princípios religiosos, e são rigorosamente contra qualquer proposta de legalização do uso de drogas, aborto ou união homoafetiva. Grupos evangélicos com atuação política agem de forma bastante semelhante no Brasil, defendendo basicamente as mesmas causas.

Nem todo político com filiação religiosa evangélica defende os valores conservadores citados. Os que o fazem se organizam numa bancada, denominada no Congresso brasileiro de Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. Os evangélicos representam 22,16% da população brasileira, segundo o Censo 2010 (IBGE, 2016), e até a 54ª Legislatura esta bancada era formada por 75 deputados federais, apenas 14,62% dos postos no Congresso. Um dos motivos para esta desproporção devia-se à mentalidade que algumas denominações evangélicas possuíam de que não deviam se envolver com a política (ALMEIDA, 2014, p. 110). Contudo, o quadro foi alterado na 55ª Legislatura, com um crescimento do número de parlamentares que se uniram nesta bancada, que existe “no parlamento brasileiro desde a Assembléia Nacional Constituinte, mas passa a crescer mais significativamente em 2007 e a partir de 2015 se consolida” (LACERDA, 2018, p. 190)

A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional passou a ser integrada por 199 Deputados Federais e 4 Senadores, sendo coordenada pelo Deputado Federal João Campos (PRB/GO) quando de sua oficialização em publicação no dia 09/11/2015 do Diário da Câmara dos Deputados (BRASILa, 2019). Para os fins deste trabalho, irei me referir à Frente Parlamentar Evangélica e à bancada evangélica como sinônimos, uma vez que os parlamentares evangélicos atuantes em defesa de temas conservadores religiosos eram signatários desta frente parlamentar no Congresso, juntamente com outros integrantes de outras correntes religiosas que apoiavam publicamente a defesa das mesmas pautas. Ela possuía parlamentares que se mobilizavam em torno de temas morais comuns, como proibição do aborto e ilegalidade da união civil de casais homossexuais, existindo nela uma concepção do uso da política como uma via de afirmação da moral cristã sobre costumes privados.

Soma-se a isto o fato de que “os carismáticos católicos vêm se aliando com grupos pentecostais na esfera política para preservar o caráter cristão da moralidade pública brasileira” (MACHADO, 2015, p. 4).

Possuindo um número expressivo de Deputados Federais na 55ª Legislatura do Congresso Nacional, com 38,79% dos deputados organizados nesta frente, a bancada evangélica teve um grande poder de pressão, algo que se evidenciou por meio do apoio essencial ao processo de impeachment em 2016 e seu alinhamento às pautas adotadas pelo governo subsequente. Somou-se a isso o exercício da presidência da Câmara dos Deputados por um de seus principais líderes até 07/07/2016, o Deputado Federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ), com o poder de direcionar a agenda de apreciação dos projetos de lei para uma linha conservadora com viés religioso.

A defesa de uma agenda conservadora foi exposta de forma explícita pelo Presidente da Câmara. Em entrevista ao jornal “O Globo”, Eduardo Cunha afirmou: “a minha posição é clara. Eu sou contra projetos de lei progressistas. Uma grande parcela da sociedade, diria que a maioria, concorda comigo. Não vejo nada de mais” (BACELAR; CARVALHO, 2014, p. 3). Fernando Limongi destaca o papel que Cunha teve no processo de impeachment de Dilma Rousseff ao colocar que, apesar da motivação ter sido criminoso, e não de ideologia religiosa, sem o apoio de Cunha o processo sequer teria sido admitido (LIMONGI, 2017, p. 6). O Presidente da Câmara dos Deputados possui um poder imenso no mecanismo de freios e contrapesos, podendo mediar a favor ou incentivar um conflito entre os Poderes Executivo e Legislativo. No caso em tela, a diferença ideológica, associada a motivações de ordem policial, com o envolvimento do Deputado em esquemas ilícitos, contribuiu para o conflito.

Diversos projetos de lei conservadores foram apresentados ou tiveram sua tramitação acelerada neste contexto de aumento de parlamentares evangélicos no Congresso, especialmente com um de seus membros presidindo a Câmara dos Deputados. Um exemplo é a tramitação, antes travada, da Proposta de Emenda à Constituição 171, apresentada em 19/08/1993 por Bendito Domingos (PP/DF), pastor da Assembléia de Deus, que trata da redução da maioria penal. Outro caso é o Projeto de Lei (PL) 6.583/2013, o Estatuto da Família, apresentado por Anderson Ferreira (PR/PE), integrante da FPE, classificando como família unicamente a união entre um homem e uma mulher, o que iria reduzir significativamente os direitos de homossexuais e de pessoas solteiras no Brasil, dificultando a obtenção de pensões, benefícios e adoções.

Outro exemplo é o PL 5.069/2013, de autoria de Eduardo Cunha, que grosso modo traz uma série de empecilhos para as mulheres vítimas de violência sexual realizarem aborto na rede pública de saúde. O PL 3198/2015, de Newton Cardoso Júnior (MDB/MG), também da FPE, busca aumentar o limite legal para consumo de bebidas alcoólicas, de 18 para 21 anos. Projetos que tratam da “cura gay”, maiores proibições ao uso de drogas e obrigatoriedade do ensino religioso são outros em tramitação com o apoio de deputados membros desta bancada.

O estudo do comportamento destes parlamentares é de grande importância para a compreensão do atual cenário político brasileiro, com mudanças que estão em curso e possíveis alterações legislativas por vir. Este é um dos grupos com maior poder de pressão no Congresso Nacional, e o conhecimento de suas demandas e conquistas no âmbito do Legislativo é vital para se ter uma visão do funcionamento atual e de perspectivas futuras da política em nosso país.

METODOLOGIA

A política nacional foi conduzida pelo Poder Executivo e grande parte do Legislativo de modo a efetivar políticas públicas progressistas após a eleição de Lula em 2002, conduzindo a uma série de avanços na realização de normas programáticas previstas na Constituição de 1988. Contudo, o funcionamento do Congresso Nacional tem sido influenciado por grupos religiosos de forma mais intensa nos últimos anos, notadamente a partir de 2014, oferecendo resistência à aprovação de projetos neste sentido. Apesar de haver uma atuação de católicos, especialmente da vertente carismática, ela pode ser considerada tímida se comparada a dos evangélicos, que se organizaram na Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional.

Importante destacar dois pontos no tocante à escolha da FPE como objeto de estudo. O primeiro é que nem todos os membros desta frente parlamentar possuem uma atuação em defesa de valores conservadores religiosos na medida em que se esperaria de um membro desta frente no Congresso. O segundo é que, para driblar o problema anterior, outros estudos denominam como membros da bancada evangélica apenas parlamentares que seriam escolhidos com base em critérios bem definidos, mas não seguem corretamente estes critérios na classificação, falha esta que será detalhada adiante, no capítulo 2. No intuito de adotar o critério mais objetivo possível, foi escolhido como foco deste trabalho a FPE, tomando como base o critério objetivo de quais parlamentares são signatários desta frente, mesmo com os possíveis problemas decorrentes desta escolha, sem o subjetivismo sobre a atuação individual de cada um, o que traria uma série de problemas por si.

Este grupo ganhou grande visibilidade no Congresso em virtude de sua organização em torno de uma das maiores bancadas e do exercício da Presidência da Câmara dos Deputados por um de seus membros mais proeminentes, o Deputado Federal Eduardo Cunha, num período de grande turbulência na política nacional. Este estudo expõe a influência dos evangélicos na agenda do Legislativo Nacional resultante do aumento de parlamentares da bancada evangélica e do exercício da Presidência da Câmara dos Deputados por um de seus membros a partir de dados relativos ao processo legislativo. Para tanto, foram analisadas a composição desta bancada e a tramitação de propostas apoiadas pela Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, destacando a utilização não usual de dispositivos presentes no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a exemplo do uso de Decreto Legislativo para tratar de matérias que seriam de Lei Ordinária.

A pesquisa fez uso de métodos qualitativos, com a análise bibliográfica de artigos, livros, dissertações e teses que tratam da participação de grupos religiosos na política, especialmente no âmbito legislativo, bem como pesquisa acerca do conteúdo e tramitação de Projetos de Lei (PL), Projetos de Decreto Legislativo (PDC) e Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que estiveram ou estão em tramitação na Câmara dos Deputados, sendo tais informações obtidas na base oficial de dados desta casa legislativa. Mesmo com eventual exposição de dados estatísticos obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o perfil de votação em parlamentares, junto à Câmara dos Deputados sobre o número de projetos e modo de tramitação, bem como ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre composição social, além de outros, acredito que a breve referência a estes dados é meramente descritiva e a apresentação dos mesmos em gráficos para subsidiar a análise qualitativa não justifica a denominação de método quantitativo ou misto.

A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de um estudo de caso, abordando a atuação específica de um grupo de parlamentares no âmbito temporal de uma legislatura, mas também trazendo uma contextualização da religião no cenário político anterior, fazendo uso não só de dados referentes a tramitação de propostas legislativas como de bibliografia específica sobre a história da religião na política, com foco na esfera nacional.

A dissertação será dividida em um capítulo inicial expondo a base teórica e a bibliografia principal sobre o que foi discutido sobre os evangélicos na política, traçando um histórico geral acerca os partidos conservadores no Brasil, para então ingressar na esfera específica do grupo religioso foco do trabalho. A estratégia eleitoral adotada é um dos pontos principais desta divisão da dissertação, na qual serão apresentados os motivos da resistência deste grupo específico às mudanças eleitorais direcionadas ao voto distrital e as táticas eleitorais adotadas recentemente.

O segundo capítulo irá traçar a composição deste grupo, tanto social quanto denominacional. As propostas legislativas patrocinadas pela bancada terão sua tramitação analisada, dando especial atenção à tramitação junto à Câmara dos Deputados. Também terá destaque a dinâmica de bancadas presente no Congresso Nacional, analisando a bibliografia existente sobre o assunto, especialmente no tocante ao aumento de sua relevância quando comparado ao funcionamento dos partidos.

O terceiro capítulo se propõe a esmiuçar a dinâmica da bancada evangélica junto a outras bancadas e seu discurso com base nos dados expostos nos capítulos anteriores, seu

apoio recíproco a propostas de outras bancadas conservadoras, mesmo que tais propostas não sejam de interesse direto deste grupo, mas de outros setores conservadores organizados no Congresso Nacional, com atenção especial a um documento publicado pela FPE em 2018, intitulado “Manifesto à Nação”.

Pretendo contribuir com este trabalho para a melhor compreensão do funcionamento e da dinâmica do Congresso Nacional, algo fundamental no período em que estamos, com uma guinada mais brusca do que ocorreu em 2016 no direcionamento contrário às políticas públicas progressistas adotadas desde 2002. A relevância do tema é reforçada pelo fato de que um de seus integrantes mais polêmicos na 55ª Legislatura, o Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP/RJ de 2005 a 2016, PSC/RJ de 2016 a 2018, e PSL/RJ a partir de 2018 – 3 partidos apenas no tempo em que foi integrante da Frente Parlamentar Evangélica) foi eleito Presidente da República em 2018, tendo esta bancada influência em sua eleição e apoio no Congresso Nacional.

1. RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL

1.1. PARTIDOS E BANCADAS CONSERVADORAS ATÉ 1988

O Brasil começou a ser colonizado no início da Idade Moderna, e esta época teve como uma de suas características o envolvimento intrínseco entre Igreja e Estado. A colonização do Brasil por um Estado confessional teve como consequência o fundamentalismo cristão orientado à destruição da cultura indígena. Mesmo após a independência, o Império do Brasil adotou como religião oficial o cristianismo em sua vertente católica romana e havia o envolvimento visceral do poder imperial com o clero, responsável tanto pela educação da população quanto por serviços básicos, como o registro de nascimentos, casamentos e óbitos.

No período imperial houve a predominância de dois partidos: o Conservador e o Liberal. Contradizendo a impressão de que um seria programaticamente considerado de direita e o outro de esquerda, ambos são classificados como de direita por muitos historiadores, com um direcionamento político muito similar, como apontam Scott Mainwaring, Rachel Meneguello e Timothy Power ao se debruçarem sobre a atuação política de ambos (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 17). Nos demais países da América Latina foi diferente, pois apesar de ter a mesma denominação brasileira, eles possuíam uma visão política distinta. Importante destacar também que a própria denominação “liberal” e “conservador” no período imperial deveria se referir a posições opostas politicamente, algo que ainda permanece no cenário político norte-americano. Hoje os dois termos são considerados equivocadamente por muitos como sinônimos no contexto político brasileiro, uma vez que muitos “conservadores” morais apóiam programaticamente uma economia “liberal”, como será exposto adiante.

Com a Proclamação da República, o envolvimento direto da Igreja e do Estado formalmente acabou por meio do Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890, com grande participação de Ruy Barbosa neste processo. Apesar disso, ainda existem traços desta influência até os dias de hoje, como pode ser observado com a grande quantidade de feriados religiosos presentes no calendário oficial brasileiro quando comparado a outros países. Um marco desta separação foi a Guerra de Canudos, na qual um grupo a favor do Imperador com traços religiosos messiânicos enfrentou forças da recém-instituída oligarquia de base militar, e acabaram por ser massacrados. Tal episódio foi retratado na época como uma prova da superioridade da nova república laica face ao misticismo atribuído ao grupo derrotado.

Contudo, no decorrer da história republicana, houve um movimento para retomar os valores religiosos na condução do governo de forma indireta, ao contrário do modo explícito que se operava antes do Decreto 119-A, no que Luiz Werneck Viana chamou de “práxis católica do poder indireto no Brasil” (VIANA, 1976, p. 164). A Igreja Católica buscou modos de influenciar a política indiretamente promovendo eventos culturais, reunindo uma elite cultural católica a que “caberia desencadear o processo de recristianização da sociedade brasileira, ressacralizando, por fim, a instituição do Estado” (idem, p. 165).

No decorrer da história republicana, uma série de eventos foram marcados pela interferência indireta da Igreja, como o Golpe Civil-Militar de 1964. Como aponta Maria do Carmo Carvalho Campello de Souza, diversos setores conservadores da sociedade se aliaram ao movimento golpista de 1964 (SOUZA, 1990, p. 170). Um dos principais foi o setor conservador católico, que realizou a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, uma série de 49 eventos realizados entre 19 de março e 8 de junho de 1964, sendo responsável pela externalização de uma suposta legitimidade do Golpe face à vontade popular.

Contudo, apesar de um apoio inicial dos membros da Igreja ao Golpe, com notáveis exceções, como a de Dom Helder Câmara, Dom Paulo Arns e das Juventudes Católicas, os excessos do regime, com torturas e perseguições, e o desencanto com os ideais propagados e não concretizados pelos militares esgotaram a aquiescência dos religiosos. A partir da década de 1970:

a Igreja atua, simultaneamente, como um ator da sociedade civil e da sociedade política, no processo de pressão e de negociação com a arena estatal com vistas ao restabelecimento da plenitude democrática (...). Um dos principais campos do engajamento social e político da Igreja é o da defesa e promoção dos direitos humanos, e, nessa área, a Igreja, pouco a pouco, vai cedendo parte do seu protagonismo para as entidades da sociedade civil organizada. Dentro da mesma dinâmica, a Igreja participa do processo constituinte, entre 1986 e 1988, e se mobiliza em favor de emendas populares à Constituição, com ênfase para a ética na política e para a implementação de políticas sociais, como condição *sine qua non* para a estabilidade democrática (AZEVEDO, 2004, p. 113).

Recentemente, grupos organizados dentro da Igreja Católica, denominados de Renovação Carismática Católica (RCC), têm buscado influir nos rumos da política de modo conservador, se aliando a grupos evangélicos na defesa de uma agenda religiosa dentro do espaço político, como será detalhado mais adiante.

No período da Ditadura Militar é necessário destacar a atuação dos grupos conservadores, dos quais os religiosos objeto deste estudo faziam parte. Neste período os políticos conservadores que apoiavam o regime se reuniram num partido denominado Aliança Renovadora Nacional (ARENA), criado no esteio de um bipartidarismo artificial e forçado, no qual as forças de oposição tinham um espaço institucionalizado por meio do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Este último possuía alguns políticos de centro-esquerda, que buscavam atuar neste pequeno espaço institucional concedido pela ditadura para defender, mesmo que limitadamente, suas pautas e reivindicações.

1.2.A ATUAÇÃO DOS EVANGÉLICOS APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO

A Constituição de 1988 foi um marco para a integração das minorias no cenário político nacional. A “Constituição Cidadã” buscava viabilizar uma série de demandas contidas pelo autoritarismo, com a presença de diversos grupos minoritários reprimidos no período anterior. Neste contexto, um dos grupos que, apesar de se situar no espectro conservador, não teve atuação política proporcional a seu tamanho no período, foi o dos evangélicos. Muitas denominações enxergavam o envolvimento com a política de forma pejorativa, desincentivando a candidatura de fiéis.

Nesta conjuntura é importante retratar a situação dos políticos conservadores em geral no período da redemocratização, uma vez que muitos deles auxiliaram a sustentar a ditadura, mas ainda assim mantiveram uma parcela considerável de poder apesar da rejeição massiva da população aos membros do regime autoritário que estava sendo colocado para trás. Isto se deu por meio de uma série de manobras, sendo a mais notável a separação do Partido da Frente Liberal (PFL) do Partido Democrático Social (PDS), que sucedeu o ARENA.

Quando da eleição indireta para a presidência em 1985, o PMDB indicou Tancredo Neves para concorrer ao cargo. Um setor do PDS não gostou da indicação do partido a Paulo Maluf e formou um novo partido, o PFL, que se aliou ao PMDB indicando o vice da chapa, José Sarney. Por um acaso histórico que o destino provocou no povo brasileiro, o líder da chapa faleceu após a eleição, assumindo o seu vice, que havia anteriormente sido presidente do PDS, que por sua vez sucedeu a ARENA. Ou seja, um representante do grupo conservador que formou a base de apoio ao regime militar foi o primeiro presidente civil após a ditadura. Além da vitória que os políticos conservadores do PFL tiveram com este fato, soma-se a isto a

percepção de boa parte da população na época de que os integrantes do PFL não compartilhavam os valores conservadores que fundamentavam a ditadura, pois se separaram do PDS e se aliaram à agremiação que fez oposição institucional ao regime militar desde sua fundação, sendo atribuída a seus membros uma posição considerada de centro.

Assim como o PFL, outros partidos também queriam ser considerados como de centro, mesmo que pragmaticamente tivessem um posicionamento claro de direita. A vinculação deste termo ao autoritarismo militar que assolou o país de 1964 a 1985 motivou os políticos de direita a negarem suas preferências ideológicas após a redemocratização como Pedro negou a Cristo:

os partidos não se apresentam ao público sob uma forma altamente ideológica. Ao contrário, o seu discurso diminui a importância da sua localização à direita. Ao longo do período democrático, as pesquisas mostram de forma clara que os políticos de esquerda se autoclassificam ideologicamente de modo satisfatório, enquanto os membros dos partidos conservadores diminuem a importância da ideologia, recusam-se a responder ou se autoclassificam em posições distantes da realidade. Em 1987, por exemplo, quando Rodrigues indagou a autoclassificação ideológica a 428 deputados federais em uma escala de 5 pontos, nenhum deles aceitou o rótulo de “direita radical” e apenas 6% se autodefiniram como moderados ou de centro-direita. O restante declarou ser de centro (37%), de centro-esquerda (52%) e de esquerda radical (5%). Com ironia, Rodrigues concluir que “ao julgar pela autodefinição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 43).

A Assembléia Constituinte teve a participação destacada de alguns parlamentares evangélicos por Paul Freston em “Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment”. O estudo conduzido por este autor colocou em evidência ocasiões nos quais os políticos que professavam a fé evangélica tiveram grande relevância na condução dos eventos políticos que ocorreram entre 1987 e 1992. Apesar do impacto limitado que alguns poucos políticos evangélicos tiveram neste contexto de redemocratização, Freston asseverou que havia uma tendência ao aumento desta influência, uma vez que “a religiosidade popular protestante é fenômeno recente na América Latina e a análise de seu impacto a nível *macro* apenas se inicia. O protestantismo poderá ter papel de relevo na sociedade brasileira nas próximas décadas” (FRESTON, 1993, p. 3).

Como previsto por Freston, o cenário atual mudou, e hoje não só a vinculação à direita, mas até mesmo a defesa da ditadura estão sendo assumidas por alguns políticos, como será melhor detalhado adiante. Neste período em que estamos tratando da redemocratização, a

presença de políticos conservadores era grande no Congresso, mesmo com a autodenominação dos partidos sendo predominantemente de centro-esquerda:

Os resultados eleitorais dos *partidos* conservadores subestimam o desempenho dos *políticos* conservadores. Nenhum dos partidos conservadores tem uma importante facção de centro ou de centro-esquerda, mas desde 1985 o PMDB tem incorporado uma grande ala conservadora que inclui vários políticos de origem arenista. Como resultado dessa assimetria, há no Congresso mais *políticos conservadores* do que *membros de partidos conservadores* (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 53).

Esta rejeição à categorização de direita perdurou durante quase 30 anos após o início da redemocratização, apesar de sempre haver partidos de direita atuando no Congresso Nacional. Tal comportamento se evidenciava principalmente numa pauta de aprovação de medidas econômicas neoliberais no governo de Fernando Henrique Cardoso e com a defesa de costumes conservadores ocorrendo de forma mais sutil, não com a oposição direta e chamativa à ampliação das hipóteses legais do aborto ou ao reconhecimento de uniões homoafetivas, mas com a simples retirada de pauta destes temas.

Isto começou a mudar com a ascensão do Partido dos Trabalhadores à chefia do Executivo, no qual o Presidente da República e seus Ministros possuem um poder de direcionamento na agenda de votação do Congresso Nacional no que se convencionou denominar “presidencialismo de coalizão”, e o fizeram de forma a aprovarem suas pautas. Isto incomodou a direita conservadora religiosa no tocante a temas morais, mas, salvo alguns arroubos episódicos, eles não puderam agir de modo ofensivo até 2014. A partir desta eleição, o cenário político instável favoreceu estratégias mais elaboradas e mudanças constantes na dinâmica do poder.

1.3.A MUDANÇA NA ELEIÇÃO DE 2014

A eleição geral de 2014 foi um marco na virada conservadora política no Brasil. Nunca desde a redemocratização tantos políticos declararam abertamente sua posição como conservadora e de direita (BOLOGNESI, CARAM, CODATO, ROEDER, SOUZA apud LACERDA, 2018, p. 18). Muitos foram eleitos para cargos no Legislativo, especialmente para a Câmara dos Deputados. E a eleição para a Presidência da República foi decidida por uma margem de apenas 3% dos votos, evidenciando uma divisão ideológica profunda na sociedade. Isto já foi externado em 2013 com uma série de manifestações expressando o

descontentamento da população com o sistema político brasileiro, e os evangélicos foram perspicazes para perceber essa mudança e começar a atuar de forma ativa na política nacional. A “crise de representatividade” e a ascensão da direita no mundo podem ser elencados como fatores que levaram a um aumento do número de parlamentares evangélicos ou, no mínimo, conservadores, no Brasil. Índícios do que viria a seguir podem ser encontrados antes, com o envolvimento de líderes religiosos e discussões sobre o aborto nas eleições de 2010, mas as de 2014 foram um ponto de inflexão neste sentido, partindo de alguns episódios polêmicos para uma grande influência na condução dos trabalhos legislativos.

Por isto o foco deste trabalho sobre a 55^a Legislatura, como evidenciado por Marina Lacerda em sua tese “Neoconservadorismo de Periferia: articulação familista, primitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados”:

A referência temporal é a legislatura iniciada em 2015. É nesse ano que toma posse a composição mais conservadora do Congresso desde 1964 [...], quando Eduardo Cunha assume a Presidência da Câmara dos Deputados. É nessa legislatura que [...] expande-se a ação já consolidada em nome da família tradicional. É também nessa legislatura que, como identificam Codato, Bolognesi e Roeder [...], cresce significativamente na Câmara uma direita política que defende radicalmente os valores da família tradicional e o liberalismo econômico com intervenção limitada do Estado na economia para garantir igualdade de oportunidades. (LACERDA, 2018, p. 18)

Como em qualquer democracia, o conhecimento e uso correto das regras do sistema eleitoral maximizam a conquista de poder. O sistema eleitoral multipartidário brasileiro possui uma série de peculiaridades que podem ser utilizadas contra ou a favor de algum grupo de interesse, como aponta Jairo Nicolau (NICOLAU, 2004, p. 17). Setores específicos da sociedade podem fazer uso das “regras do jogo” para serem eleitos, e políticos evangélicos demonstraram grande habilidade neste contexto.

Uma das características de nosso sistema eleitoral que foi empregada por candidatos eleitos integrantes da Frente Parlamentar Evangélica é a eleição de candidatos à Câmara dos Deputados por meio do atingimento do quociente eleitoral pela coligação em uma vasta área geográfica numa dinâmica de eleições com voto nominal ou em legenda com lista aberta. Para explicar melhor o argumento, é necessário fazer uma comparação com outros sistemas.

No sistema eleitoral majoritário ou distrital o espaço geográfico é dividido politicamente de acordo com sua população em distritos, cada qual sendo representado por um deputado. O candidato é escolhido pela maioria dos votos dentro de um distrito. Apenas

um candidato, mesmo não tendo mais que 50% dos votos válidos, acaba por representar a totalidade de um distrito. Este sistema beneficia políticos locais com grande apelo popular e lideranças tradicionais que se mantêm no poder por meio de seus espaços de dominação, conhecidos por “currais eleitorais”. Grupos como o dos evangélicos, que representam uma parte significativa, mas não majoritária, da população ficam em desvantagem.

Em contraposição, o sistema eleitoral proporcional adotado no Brasil para os cargos no Legislativo, à exceção do Senado Federal, beneficia a participação de minorias. Uma minoria organizada em torno de um candidato, mesmo que esteja presente em pequenos grupos separados em uma grande extensão territorial, pode eleger um representante caso adote a estratégia correta.

Um aspecto da estratégia dos políticos evangélicos é a de não participar de eleições em um partido único, havendo a pulverização em diversas legendas e coligações, garantindo que mesmo que um partido tenha grande rejeição em um determinado setor da sociedade e não tenha uma votação suficiente para atingir o quociente, ainda assim sejam eleitos políticos evangélicos da mesma denominação filiados a outro partido ou coligação. Isto ocorre à semelhança do comportamento de outros políticos conservadores, como já constatado por Mainwaring, Meneguello e Power: “os conservadores religiosos estão dispersos em muitos partidos” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 54). A ampla distribuição geográfica potencializa a participação deste grupo espalhado em um grande território para que elejam representantes do setor.

Em suma, a dinâmica eleitoral ocorre da seguinte forma: candidatos evangélicos concorrem a cargos proporcionais em vários partidos e coligações, apesar de haver maior concentração em alguns destes. Esta pluralidade de candidaturas em várias frentes se justifica na perspectiva de que, mesmo que algum dos postulantes ao cargo não seja eleito face a rejeição de um partido ou coligação, ainda assim outro membro da denominação o seja e, mesmo estando em outro partido, defenda os mesmo valores. Existe uma pluralidade de candidatos concorrendo em uma mesma coligação ou partido, o que facilita o alcance do quociente eleitoral por estes últimos.

Contudo, como o sistema opera com lista aberta, quem ocupa a vaga são os candidatos mais bem votados do partido ou coligação. A pulverização de votos por vários candidatos prejudica aqueles que receberam poucos votos apenas por um grupo restrito de contatos sociais, mas favorece quem possui apoio fragmentado em vários núcleos, neste contexto as

igrejas e comunidades religiosas, que votam em um candidato alinhado com suas crenças. Um candidato que só recebe votos em seu bairro ou cidade por ser uma liderança local, por exemplo, poderia ser facilmente eleito em um distrito sob o sistema majoritário, mas no proporcional ele apenas agrega votos para a somatória do quociente eleitoral do partido ou coligação e dificilmente figura nos primeiros lugares dos mais votados. Um candidato alinhado a uma comunidade religiosa, por outro lado, agrega votos das diversas igrejas que integram tal denominação, o que potencializa sua ascensão ao topo da lista dos mais votados da coligação ou partido, mesmo não tendo uma votação concentrada em uma localidade.

No Senado Federal, notamos que a influência da bancada evangélica é pequena. Apenas 4 dos 81 Senadores faziam parte da bancada na 55ª Legislatura. O motivo aparente desta situação se dá em virtude da lógica da eleição para o Senado. Como exposto acima, a estratégia que alçou os evangélicos a um patamar alto de influência na Câmara se deu por meio de votações em candidatos pulverizados em um grande espaço geográfico baseados em sua denominação, o oposto do critério usado para eleições ao Senado, que é o majoritário simples. Neste sistema cada estado atua como distrito eleitoral, e o mais votado ganha a eleição.

Importante destacar que o sistema que favoreceu a ascensão dos parlamentares desta bancada nas últimas eleições agora está sendo contestado pela mesma bancada, uma vez que as características do eleitorado que os favoreciam agora se inverteram. Isto será melhor explicado adiante neste trabalho.

2. FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA 55ª LEGISLATURA

2.1.COMPOSIÇÃO SOCIAL E DENOMINAÇÕES

Os evangélicos são o grupo religioso com a maior proporção de pessoas de baixa renda entre todos os estudados pelo IBGE. As denominações de origem pentecostal, em especial, possuem uma participação considerável de pessoas de baixa renda, com 86,1% de seus integrantes com renda domiciliar per capita abaixo de 2 salários mínimos, como pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 1 – Religião e Renda no Brasil

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (1)	Distribuição percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes em domicílios particulares permanentes, por grupos de religião (%)							
	Católica Após- tólica Romana	Evangélicas			Espírita	Umban- da e Candom- blé	Outras religiosi- dades	Sem religião
		De Missão	De Origem Pente- costal	Não determi- nada				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/8	5,0	2,3	3,8	2,1	0,4	1,7	2,6	4,4
Mais de 1/8 a 1/4	6,7	4,2	7,0	4,7	1,2	4,1	4,5	7,3
Mais de 1/4 a 1/2	17,0	14,2	20,5	15,9	5,1	13,2	14,2	19,6
Mais de 1/2 a 1	27,1	27,5	32,3	29,7	15,0	24,8	26,8	27,9
Mais de 1 a 2	22,4	27,1	22,5	26,0	24,9	26,3	25,0	19,6
Mais de 2 a 3	7,5	9,6	5,5	8,1	15,0	10,3	8,8	5,9
Mais de 3 a 5	5,5	7,0	3,0	5,5	15,7	8,4	6,6	4,5
Mais de 5 a 10	3,6	4,0	1,2	3,0	13,2	4,9	4,7	3,4
Mais de 10	1,7	1,6	0,4	1,1	6,5	2,2	2,5	2,1
Sem rendimento (2)	3,4	2,6	3,7	3,9	2,8	4,1	4,2	5,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os evangélicos representam 22,16% da população brasileira, segundo o Censo 2010 (IBGE, 2016). Apesar da sociedade brasileira ser predominantemente conservadora, os evangélicos acabam por vocalizar mais os valores tradicionais. Os pentecostais são a subdivisão mais numerosa, compondo 13,3% do total populacional. A denominação com o maior número de adeptos é a Assembléia de Deus, com 12.314.410 membros, segundo dados do IBGE de 2010. Compõem este ranking logo em seguida as Igrejas Batista, Universal do Reino de Deus, Evangelho Quadrangular e Adventista.

Este grupo possui uma composição muito diversa, pois os evangélicos são outras coisas além de evangélicos, eles não estão isolados na sociedade. Existe uma intersecção entre alguns grupos, e se dermos mais atenção aos que possuem atuação no Congresso Nacional, podemos notar uma confluência com agronegociantes, policiais e militares. Mais adiante neste

trabalho, numa lista dos signatários da Frente Parlamentar Evangélica, podemos notar que as alcunhas mais utilizadas pelos Deputados Federais após “pastor” são referentes a alguma patente militar, como “cabo” ou “capitão”.

Apesar do grande número de adeptos, a ascensão dos evangélicos no cenário político nacional com tamanha intensidade é um fenômeno recente, com uma atuação tímida em 1988, passando por 2003, com a formação da Frente Parlamentar Evangélica, depois a uma maior expressão nas eleições de 2010 e culminando em 2014, devendo-se destacar que a bibliografia sobre o assunto não é numerosa em relação à sua importância.

Até pouco tempo, a maioria dos estudos se limitavam a analisar a atuação de alguns parlamentares evangélicos na Assembléia Constituinte e poucos episódios nos quais um ou outro parlamentar evangélico teve destaque. Grande parte optou por fazer uma análise do discurso, majoritariamente sob a óptica da Antropologia, e só foram encontrados poucos trabalhos que também realizaram a apresentação e análise de dados relativos ao comportamento deste grupo em votações, motivo pelo qual o presente trabalho se destaca.

Leonardo Almeida é um dos estudiosos que tratou do tema em profundidade sob o olhar da Ciência Política. Seu trabalho sobre a atuação evangélica na política tem enfoque na diferença do comportamento deles em eleições proporcionais e majoritárias. Inicialmente, o autor compara Brasil e Chile no que se refere à influência da religião nas instituições estatais, tendo em vista que os dois possuem algumas semelhanças acerca da relação entre o Estado e a religião no período de suas respectivas ditaduras militares. Ambos os regimes perderam apoio do segmento católico, crítico da violência empregada pelos militares (ANDRADE, 2007, p. 392), e buscaram apoio nos evangélicos, com uma doutrina em sua maioria anticomunista e de rivalidade com a Igreja Católica (ALMEIDA, 2014, p. 36).

Contudo, os sistemas eleitorais utilizados por ambos, resultantes do colapso de suas respectivas ditaduras, são muito diferentes. O sistema binomial até pouco tempo usado no Chile dificulta a participação de minorias, inclusive religiosas, no sentido de eleger representantes para o Parlamento. A estipulação de um percentual mínimo de votos para a eleição de um parlamentar força uma coalizão entre partidos, o que em geral garante uma maior governabilidade, tendo em vista uma concentração de votos em duas coalizões. No Brasil, por outro lado, existe um favorecimento para a participação política de minorias, tendo em vista a multiplicidade de partidos, com eleições com voto nominal ou em legenda com lista aberta. Isto gera a necessidade do Executivo conseguir apoio do maior número possível

de partidos para garantir sua governabilidade, apesar de viabilizar a representação política de minorias.

Leonardo Almeida destaca que, em eleições para cargos no Executivo, a participação deste grupo é semelhante à média da população, exceto em casos nos quais candidatos evangélicos concorrem ou quando temas morais são discutidos pelos candidatos. Um exemplo é o do candidato Anthony Garotinho nas eleições presidenciais de 2002, que mobilizou o voto evangélico no primeiro turno. Outro caso é o das eleições de 2010, em que a discussão sobre o aborto teve destaque nos debates, influenciando nas intenções de voto entre Dilma, Serra e Marina. Houve também um crescimento das abstenções, votos brancos e nulos naquela eleição, o que favoreceu candidatos sem votação majoritária a ganhar eleições, como ocorreu posteriormente na eleição à Prefeitura do Rio de Janeiro em 2016, na qual Marcelo Crivella teve um desempenho eleitoral inferior ao somatório dos votos não contabilizados.

Em eleições proporcionais para o Legislativo, existe uma maior mobilização em torno de candidatos por parte deste grupo religioso, tendo em vista a maior chance de eleger um representante de uma denominação religiosa. Os ocupantes de cargos no Executivo ou no Senado necessitam de um maior apoio para serem eleitos, com uma maior organização de diversos setores da sociedade e não apenas de uma igreja, ao passo que para eleger Vereadores e Deputados, um setor mobilizado pode conquistar votos suficientes para garantir sua representação, a ponto de se utilizar muitas vezes expressões como “nosso vereador” ou “nosso deputado”.

Destaca-se também que os parlamentares evangélicos eram contrários à adoção de um voto distrital (ALMEIDA, 2014, p. 68) justamente por isso: sem o apoio maciço da denominação religiosa em uma grande área, dependendo dos votos absolutos em um espaço restrito com múltiplos grupos no qual eles constituem uma minoria, dificilmente conseguiriam a representatividade no Congresso que obtiveram em 2014.

O apoio de lideranças religiosas, na tentativa de transformar o “rebanho religioso em rebanho eleitoral” (ALMEIDA, 2014, p. 85) busca eleger representantes no Legislativo para defender interesses deste setor. Contudo, não existe uma entidade que agregue todas as denominações evangélicas. Existe uma grande variedade denominacional e até mesmo intradenominacional que resulta numa variedade de candidatos apoiados, ao invés de um só, dificultando a eleição de candidatos em eleições majoritárias, segundo o autor.

Neste contexto de grande variedade denominacional, uma vertente que se destaca é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Seu líder, Edir Macedo, conclamou publicamente seu rebanho para atuar na política visando “o interesse dos próprios cristãos em ter representantes genuínos e o interesse de Deus de que Seu projeto de nação se conclua” (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 123). O partido em que gravita boa parte de seus adeptos é o Partido Republicano Brasileiro (PRB), um dos que mais cresceram na última Legislatura (BACELAR; CARVALHO, 2014, p.1).

Outra estudiosa sobre o tema é Maria das Dores Campos Machado, que relata a cumplicidade das lideranças carismáticas católicas e os pentecostais no intuito de aprovar “projetos de lei que contrariam as demandas atuais dos movimentos feministas e homossexuais no campo dos direitos sexuais e reprodutivos” (MACHADO, 2015, p.66). A autora afirma ainda que:

deve-se assinalar que a descontinuidade observada nas configurações discursivas dos dois segmentos religiosos com a avaliação positiva da inserção dos cristãos na política contemporânea atualiza a associação da evangelização a uma forma de batalha, na qual os que não seguem o cristianismo devem ser combatidos. Ou seja, o discurso predominante tanto entre carismáticos quanto entre pentecostais parece advir da teologia da guerra ao mal que, em diferentes momentos da história ocidental, gerou perseguições às minorias culturais (MACHADO, 2015, p.66).

Edlaine Gomes, Marcelo Natividade e Rachel Menezes também colocam a influência do discurso religioso no processo legislativo, destacando o crescimento da bancada evangélica, e que “na elaboração de leis, a ética e os valores das instituições religiosas tendem a orientar os posicionamentos na atividade parlamentar” (GOMES; MENEZES; NATIVIDADE, 2009, p. 19). Estes autores apontam que nos enfrentamentos na esfera pública, defensores de pontos de vista religiosos lançam mão de diversas estratégias para aprovar ou barrar medidas. Um exemplo foi o da discussão acerca do uso de células-tronco embrionárias em pesquisas de acordo com a Lei de Biossegurança. O debate acerca da constitucionalidade do dispositivo acabou por ser deslocado para a definição do momento de origem da vida humana (Idem, p.40), o que acabou mobilizando mais grupos de pressão em torno de outras questões, como direitos reprodutivos e aborto. Neste sentido, os evangélicos possuem uma atuação na política muito diferente daquela adotada anteriormente no período pré-republicano:

É importante entender que esses movimentos não constituem um retrocesso a um passado arcaico; são modernos, inovadores e modernizantes. Os fundamentalistas protestantes fazem uma leitura literal e racional da Bíblia, muito diferente da abordagem mística e alegórica da espiritualidade pré-moderna. (ARMSTRONG, 2001, p. 407)

Volto a citar neste trabalho Marina Lacerda, em sua tese “Neoconservadorismo de Periferia”, no tocante à atuação dos evangélicos na política. A autora elenca como características deste neoconservadorismo o moralismo comportamental, o rigor penal e o neoliberalismo econômico. A defesa de tais agendas é atribuída predominantemente a parlamentares da bancada evangélica, e destaca que não existe uma bancada católica identificável, pois “o catolicismo não aglutina parlamentares organizadamente” (LACERDA, 2018, p. 25)

O moralismo comportamental e o rigor penal possuem suas origens na interpretação bíblica mais próxima da literalidade por agremiações evangélicas. O neoliberalismo econômico, por sua vez, é apontado por esta autora como vinculado a uma percepção de riqueza diferente nas igrejas neopentecostais em relação às protestantes tradicionais (calvinistas, anglicanos, batistas, presbiterianos, luteranos, metodistas e congregacionais). Nestas últimas, a riqueza é um modo de apontar um estado de graça, uma forma de externalizar o favorecimento de Deus a um indivíduo escolhido pela divindade, como apontado por Max Weber em “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”. Este favorecimento deve ser guiado por uma orientação de vida ascética, sem entrega aos prazeres mundanos relacionados aos bens materiais. Nas igrejas neopentecostais, por outro lado, a riqueza deve ser usufruída pelo crente neste mundo.

Além disto, o neoliberalismo dialoga com as outras duas pautas elencadas na medida em que elas fornecem “um contrapeso ao caos a que o neoliberalismo leva” (LACERDA, 2018, p. 62-63). A autora destaca a importância dos políticos evangélicos desde os primeiros anos após a redemocratização, que “apesar de serem só cerca de 10% da população em 1992, 30% dos eleitores que votaram eram evangélicos. Ou seja, sua participação eleitoral desproporcional confirmou os evangélicos como uma força política considerável” (Idem, p. 67).

No tocante à legislatura objeto deste trabalho, Marina Lacerda reforça a importância dos políticos evangélicos frente aos católicos, uma vez que “na 54ª legislatura eram apenas três padres, e na 55ª apenas dois, e todos filiados a partidos de esquerda e defensores dos

direitos LGBT” (LACERDA, 2018, p. 87) e que “não obstante serem uma minoria, eles se consideram porta-vozes do desejo da vontade da maioria cristã, que deveria prevalecer” (Idem, p. 97). Um exemplo deste comportamento é o conceito de “ideologia de gênero”, que “foi desenvolvida por intelectuais católicos a partir da década de 1990 e é usada a partir de 2011 no parlamento brasileiro, principalmente por evangélicos, para combater a um só tempo o feminismo e as demandas LGBT, em defesa da família e da religião” (idem, p. 100).

A autora descreve o comportamento dos neoconservadores nos Estados Unidos com o exemplo paradigmático da votação da “Equal Rights Amendment”, aprovada em 1972 pelo Congresso Norte-Americano, mas pendente de validação pelos Estados para obter validade. O comportamento dos neoconservadores norte-americanos serviu de referência inclusive para parlamentares evangélicos brasileiros pois, mesmo sendo uma minoria, fizeram uma campanha pressionando os governos estaduais a não ratificarem a emenda:

Os métodos de campanha estabeleceram um padrão de atuação da nova direita, que, além de protestos, incluíam mobilização nos estados e coletas de assinaturas para pressão aos congressistas. Assim, ainda que não fosse maioria na população, o movimento teve sucesso em seu objetivo. A proposta precisava ter sido ratificada por 38 Estados até 1982 para ter vigência – mas apenas 30 o fizeram, de modo nunca teve validade (LACERDA, 2018, p. 43).

O trabalho de Marina Lacerda aborda uma proposta muito semelhante ao presente trabalho, mas possui uma profundidade sobre o assunto que não pretendo alcançar nesta dissertação. Contudo, pretendo contribuir de outra forma, uma vez que a tese citada não abordou temas mais recentes votados ao final da 55ª Legislatura, quando, como será melhor explicado adiante, a ação da bancada evangélica se intensificou, a exemplo do “Manifesto à Nação”.

Importante destacar que os estudos citados anteriormente se dedicaram a uma análise da atuação dos evangélicos na política restrita aos discursos e atitudes de alguns candidatos, parlamentares e líderes religiosos, mas sem analisar em profundidade a tramitação de projetos de lei apoiadas por este grupo, análise esta que será exposta a seguir, com um detalhamento do comportamento dos parlamentares desta bancada em votações paradigmáticas na Câmara dos Deputados precedido de breve exposição acerca de projetos de lei apoiados por deputados signatários da FPE.

2.2. PROPOSTAS LEGISLATIVAS

A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional defende a aprovação de Projetos de Lei (PL), Projetos de Decreto Legislativo (PDC) e Propostas de Emenda à Constituição (PEC) alinhados a sua ideologia religiosa. Para explicitar melhor o argumento, selecionei propostas que tramitaram ou estão em tramitação na Câmara dos Deputados e que possuem apoio explícito da Frente Parlamentar Evangélica, conforme exposto em seu site e por meio da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos, aliada da FPE na redação de projetos de lei. São elas: PEC 171/1993 (altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo a maioria penal), PL 6314/2005 (Estatuto Jurídico da Liberdade Religiosa), PL 7443/2006 (torna o aborto crime hediondo), PDC 234/2011 (estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, “cura gay”), PL 309/2011 (torna o ensino religioso obrigatório), PL 3722/2012 (altera o Estatuto do Desarmamento), PEC 164/2012 (altera artigo 5º da Constituição Federal, incluindo a proteção à vida desde sua concepção), PL 5069/2013 (modifica a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual), PL 6583/2013 (Estatuto da Família), PL 3198/2015 (proíbe a venda de bebida alcoólica a menores de vinte e um anos), PL 158/2015 (considera como drogas ilícitas a maconha, a cocaína, o crack e o ecstasy, não passíveis de liberação para o consumo) e PL 620/2015 (proíbe a adoção conjunta por casal homoafetivo). Tais projetos foram escolhidos com base no apoio a propostas legislativas exposto pela Associação Nacional dos Juristas Evangélicos, braço informal da FPE responsável, entre outras coisas, pela redação de proposições a serem apresentadas no Congresso (ANAJURE, 2016, p. 1).

Irei expor brevemente a tramitação destes projetos e irei aprofundar o caso da PEC 171/1993 e o PDC 234/2011 de forma mais detalhada adiante. Nos casos dos demais projetos só trarei sua movimentação até o fim da 55ª Legislatura e se eles ainda estão em tramitação, o que significa que eles foram desarquivados e estão em discussão na Câmara. Importante destacar que, conforme o artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os projetos não votados até o final de uma legislatura são arquivados. Seu desarquivamento no início da legislatura seguinte evidencia o comprometimento de um setor de parlamentares na continuação de sua mobilização para aprovar uma determinada peça legislativa.

O PL 6314/2005, que trata da liberdade religiosa, teve 11 projetos apensados a ele até o final da Legislatura, no bojo das discussões do movimento “Escola Sem Partido”, com a discussão do projeto ainda sendo realizada na Câmara. Tendo em vista que o projeto trata de

diversas matérias, foi instituída comissão especial para sua análise na 55ª Legislatura, mas o parecer não foi votado. O PL 7443/2006 foi apensado ao PL 4703/1998, mas ainda não foi votado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O PL 309/2011, que trata da obrigatoriedade do ensino religioso, ainda está em tramitação, mas na última legislatura estava em votação na Comissão de Educação, tendo forte resistência do Conselho Federal de Biologia, que teme pela influência de entidades religiosas mais fundamentalistas no tocante ao ensino da Teoria da Evolução nas escolas. O PL 3722/2012 foi aprovado por diversas comissões e terminou a última legislatura pronto para votação em plenário, mas ainda está em tramitação. A PEC 164/2012 ainda está travada na CCJC. O PL 5069/2013, que aumenta as penas e dificulta o atendimento médico para a realização de aborto já está pronto para votação em plenário, mas não foi votado até o fim da legislatura.

O PL 6583/2013, apesar de estar sujeito à apreciação conclusiva nas comissões, não foi aprovado nem mesmo na CCJC até o início de 2019. Apesar da tramitação ter sido lenta na 55ª Legislatura, é um dos projetos com maior apoio da bancada, paradigmático em muitos sentidos:

O Estatuto da Família sintetiza o paralelo com o neoconservadorismo [norte-americano]. Propõe coibir o casamento homossexual, estabelece o direito à vida desde a concepção, fortalece os papéis tradicionais de homens e mulheres e é orientado pela idéia de que a família é o projeto para uma boa sociedade e para prevenir uma série de disfunções sociais. [...]. A proposta brasileira tem, porém, uma peculiaridade. Procura dialogar com os argumentos levantados pelos movimentos sociais, o que significa uma dinâmica de reação mais sofisticada do que a que simplesmente cita referências a textos sagrados. (LACERDA, 2018, p. 104).

O PL 3198/2015 foi apensado ao PL 810/1995, que está pronto para votação em plenário, mas não foi votado na última legislatura. O PL 158/2015 foi apensado PL 7187/2014, para maior discussão sobre a regulamentação da maconha e outros entorpecentes, sendo determinada uma comissão especial para análise do projeto que sequer foi formada. Por fim, o PL 620/2015 foi apensado ao PL 9963/2018, mas ainda aguardava designação de comissão especial para sua análise até o fim da última legislatura.

Decidi dar destaque neste momento ao Projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011, que tratava da modificação de normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, também chamada “cura gay”. A escolha desta forma é reveladora com relação à intenção de seus proponentes, uma vez que os decretos legislativos não são passíveis de veto presidencial. Num cenário político com uma Presidente da República mulher e de

esquerda, o esforço pela aprovação deste projeto nesta forma revela a pretensão de um “bypass”, uma tentativa de contornar a figura da chefe do executivo que já antecipava as crises que viriam de um movimento capitaneado por Eduardo Cunha e que resultaram no impeachment de Dilma Rousseff.

O projeto acabou sendo arquivado em virtude da retirada de sua proposição pelo autor face a polêmicas não com relação à matéria, mas com a forma de sua tramitação e possível inconstitucionalidade a ser declarada posteriormente pelo Poder Judiciário. O projeto chegou a ser aprovado até mesmo pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), então presidida pelo Pastor Marco Feliciano (PODE/SP), motivo pelo qual apesar da retirada da pauta como PDC, retornou como projeto de lei, o PL 4931/2016, que não foi aprovado até o fim da 55ª Legislatura.

2.3.COMPORTAMENTO NAS VOTAÇÕES

Nota-se que houve uma sensível alteração de posicionamento dos evangélicos nos últimos anos. Desde uma desorganização em sua atuação política (BORGES, 2007, p. 132), para a composição de uma das maiores bancadas do Congresso Nacional (BRASIL, 2016a), e até mesmo com a Presidência da Câmara dos Deputados, que não foi uma vitória exclusiva dos evangélicos, mas foi amplamente comemorada por este grupo (LACERDA, 2018, p. 17). Isto evidencia a necessidade de um estudo aprofundado da atuação destes parlamentares, tendo em vista os reflexos que seus posicionamentos terão na política nacional.

A recente onda conservadora que tem ocorrido no país, denominada por muitos de “Nova Direita” ou “Neoconservadorismo”, possui em sua base características que não podem ser consideradas inovadoras. Seus valores e interesses permanecem os mesmos desde o início do Século XX. O que possui de novo é a forma de atuação, em bloco, com uma agenda constituída em acordo com outros setores que se apóiam mutuamente. O que há de novo na “Nova Direita” é a forma de fazer política. Os evangélicos até pouco tempo atuavam de modo passivo, travando propostas que consideravam ofensivas a seus valores, gerando obstáculos para que elas não tramitassem no Congresso. O cenário mudou em pouco tempo, passado para uma linha ofensiva a partir da legislatura que assumiu em 2015.

A atuação em bancada certamente é uma das inovações que permitiu aos evangélicos o avanço tão rápido em tão pouco tempo, numa dinâmica intensa que rivaliza com a dos

partidos. Como citado anteriormente, este setor era avesso à mudança no sistema eleitoral, uma vez que a atual configuração os favorecia. A votação em partidos pequenos e o sistema proporcional, como foi exposto, facilita a eleição de candidatos apoiados por grupos concisos, como igrejas e comunidades religiosas, mesmo que no total eles não possuam representatividade perante a população em geral.

A votação de projetos na Câmara dos Deputados possui uma lógica diferente àquela da eleição. O processo de votação é majoritário, ou majoritário qualificado em alguns casos, e não proporcional. Para contrapor essa desvantagem, nota-se uma organização de parlamentares em torno de bancadas. Tais bancadas não possuem relação direta com os partidos, sendo formadas em torno de objetivos comuns dos parlamentares, o que a princípio seria papel exclusivo dos partidos.

Contudo, uma bancada, por maior que seja, dificilmente aprovaria algum projeto sozinha. Para isto, é necessário que ela se articule com outras bancadas para a votação de projetos de interesse delas. Os parlamentares de uma bancada votam a favor da aprovação dos projetos da outra, e vice-versa. O caso mais notável desta dinâmica é a relação entre a bancada evangélica, a do agronegócio e a da segurança pública, informalmente denominada de “BBB – Bíblia, boi e bala”:

Capitão Augusto afirma que as bancadas da segurança e evangélica “se ajudam”, “correm juntas”; possuem “os mesmos valores”, inclusive os da “família” e da “moral”. Sua fala sintetiza o que verificamos nos exemplos estudados: a articulação é, em parte, estratégica, e em parte por convergência de valores. Estratégica porque ambos os grupos são minoritários – nem mesmo a maior bancada, a ruralista, possui mais da metade dos membros da Câmara – e precisam de apoio recíproco. Aliança de valores porque defendem o conjunto do que chamamos aqui de agenda neoconservadora (LACERDA, 2018, p. 138).

Verificou-se que são usados na justificção dessas pautas tanto argumentos religiosos quanto argumentos neoconservadores (invocação da família, dos cidadãos de bem contra os bandidos e da maioria). Verificou-se ainda papel de destaque dos evangélicos na tramitação das proposições. Nas votções em Plenário – sobre a alteração da lei de drogas e sobre redução da maioria – verificou-se associação entre as variáveis pertencimento à bancada evangélica e voto sim nas propostas (Idem, p. 144)

Vemos que existe na Câmara dos Deputados uma aliança neoconservadora, se tomarmos as pautas estudadas até agora: gênero e justiça criminal. A aliança em parte certamente é estratégia, já que ambas as bancadas, evangélica e da segurança pública, são minoritárias, e precisam de apoio recíproco. Por outro lado, a aliança se dá por razões ideológicas: a luta do

bem contra o mal, a noção de que existem cidadãos de bem e bandidos, a defesa dos valores da família como eixo da sociedade. A articulação entre os temas tem o amálgama neoconservador: os mecanismos de agregação social são a religião e a família; o desvio deve levar à punição rigorosa (Idem, p. 145).

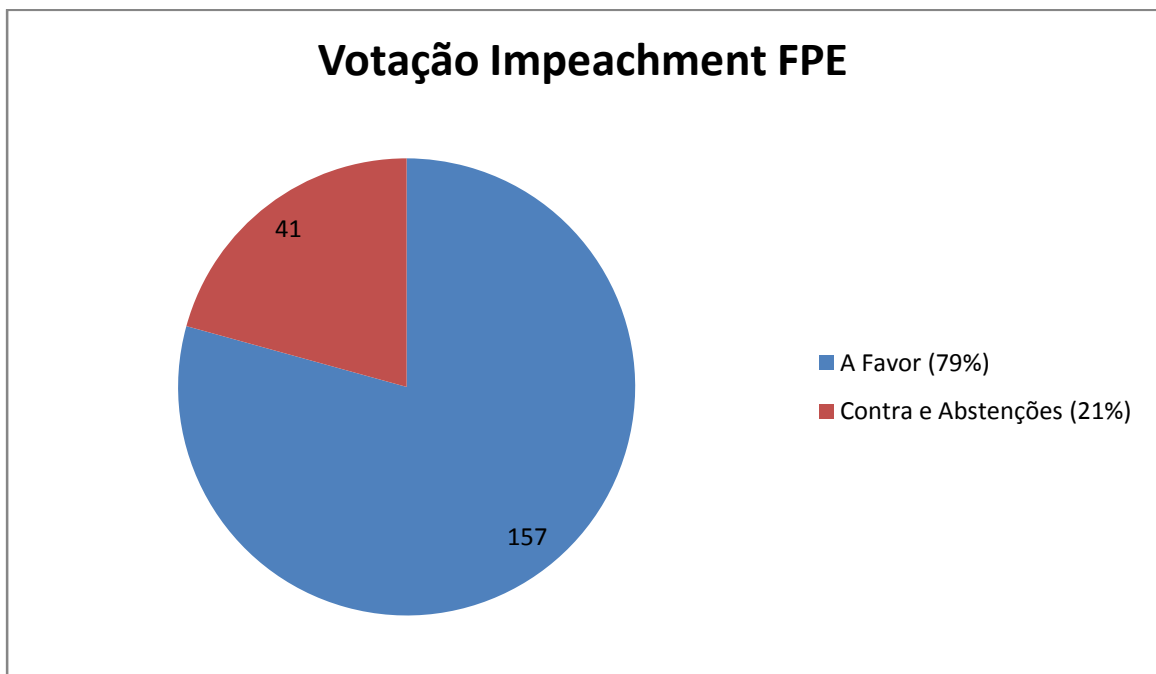
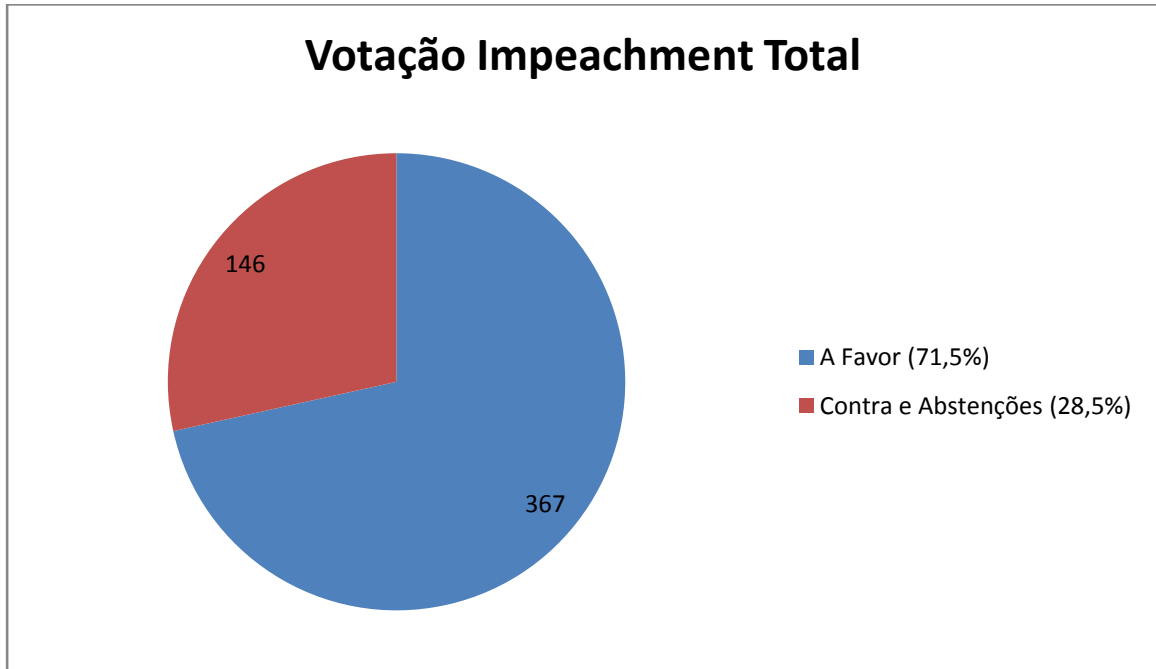
A dinâmica destas bancadas é intensa, uma vez que compõem esta “Nova Direita” que vem ganhando destaque nos últimos anos. Um exemplo desta relação é o apoio a políticas econômicas neoliberais, tema este que nada possui de religioso, mas é de interesse do setor de agronegócio, também denominado “bancada do boi”, que, por sua vez, apóia os projetos apresentados pela bancada evangélica e a da “bala”. Isto, ao menos, até o momento que atinge seu eleitorado, como será demonstrado adiante.

Para uma análise mais aprofundada do comportamento dos parlamentares signatários da Frente Parlamentar Evangélica, foram analisados os votos em três situações emblemáticas: as votações da Proposta de Emenda à Constituição 171/1993 em 30/06/2015, que reduz a maioria penal, do acatamento do pedido de impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 17/04/2016, e o Projeto de Lei 6787/2016, a reforma trabalhista proposta no Governo Temer, em 26/04/2017. Cada uma destas votações tiveram imensa repercussão e cobertura da mídia face a importância dos temas tratados. Cada uma das votações claramente possuiu um viés de direita, atinente às temáticas características ideológicas deste setor político.

Foi adotado um critério objetivo para a construção da tabela que se encontra em anexo, que subsidiou a construção dos gráficos abaixo, sendo analisados apenas os votos dos deputados federais signatários da FPE, ou seja, caso um deputado tenha sido afastado do mandato e substituído por outro, se este último não for integrante da FPE no sistema da Câmara dos Deputados, seu voto não foi computado. Na tabela foram marcados com “X” os votos favoráveis e deixados em branco os votos contra e abstenções. Importante destacar que os membros da FPE são em sua maioria evangélicos, mas também integram o grupo parlamentares de outros matizes religiosos que se identificam com a defesa de valores conservadores religiosos, a exemplo de alguns católicos carismáticos.

Para a produção dos gráficos adiante, ressalto que a aprovação de qualquer matéria na Câmara dos Deputados depende do atingimento de um determinado número de votos. Ou seja, quem se abstém, na prática acaba favorecendo quem vota contra. Por este motivo, foram colocados no mesmo grupo os votos contrários e abstenções.

Inicialmente, exponho os dados acerca da votação do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, que mostram a fidelidade dos membros da FPE em relação a seu alinhamento com os demais deputados ideologicamente identificados com a direita:

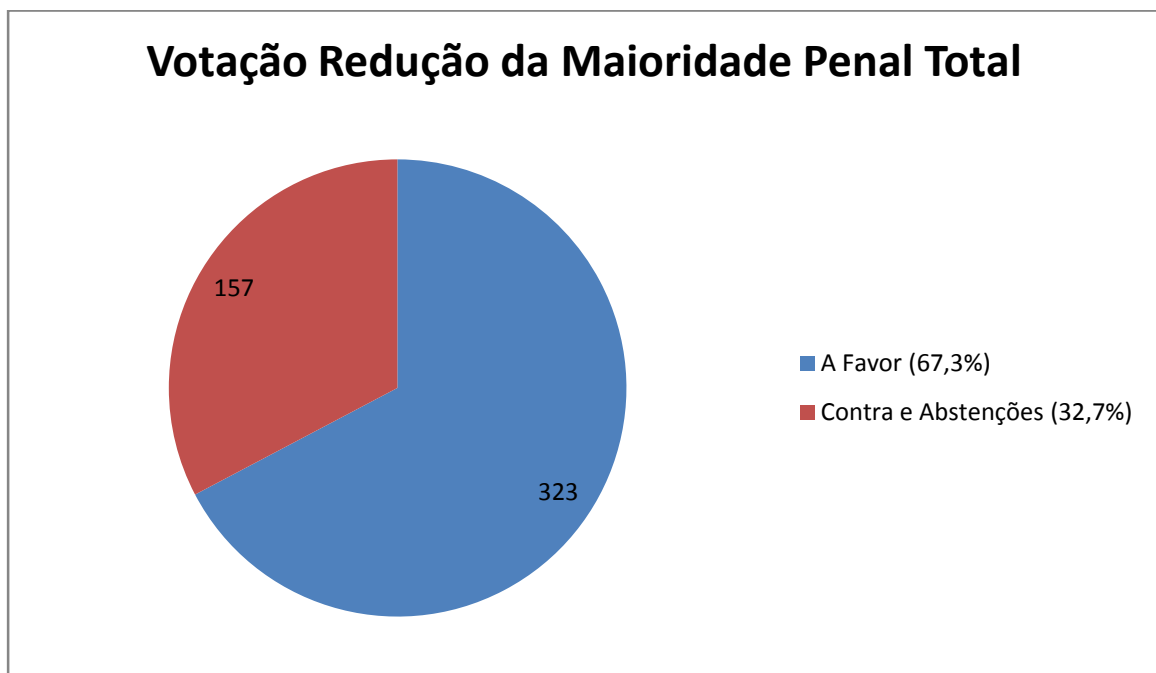


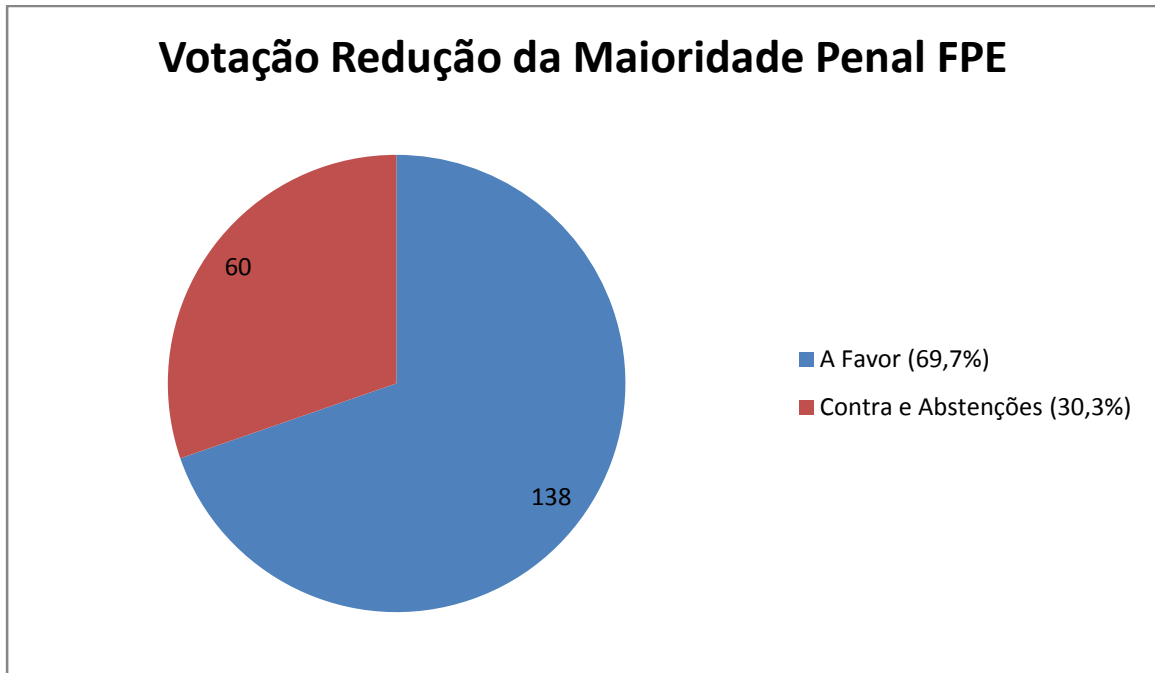
Como pode ser visto, os deputados da FPE se mostraram mobilizados a favor do impeachment acima da média dos demais integrantes da Câmara dos Deputados. Devemos considerar que existem alguns deputados alinhados à esquerda dentro da FPE, mas com um posicionamento conservador religioso. Os mesmos votaram contra o impeachment, uma vez

que a matéria em votação não dizia respeito diretamente a questões religiosas. Contudo, a votação acabava por tangenciar as mesmas, uma vez que grande parte da oposição à adoção das medidas que a FPE defendia partia de deputados aliados à então Presidente Dilma Rousseff. Cabe lembrar o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, que regulamentava a chamada “cura gay”, na qual já se tentava contornar a necessidade de aprovação da Presidente e a possibilidade dela vetar o projeto. A possibilidade de ascensão de um chefe do executivo que opusesse menos resistência a suas pautas certamente levou muitos deputados a votarem favoravelmente à retirada da então Presidente, num processo profundamente polêmico e subjetivo.

Cabe citar aqui Paul Freston que, num exercício livre de raciocínio sobre tendências futuras, asseverou:

Como os líderes pentecostais se comportariam num governo de esquerda? Depende. A comparação com a Nicarágua sugere que, se a Igreja Católica rompesse com o governo e este cortejasse os evangélicos, a convivência e, até, um certo fisiologismo seriam possíveis (o fator da rivalidade religiosa). Por outro lado, um governo associado publicamente com um setor da Igreja Católica e com boa chance de cair devido a pressão nacional e internacional levaria líderes pentecostais a uma oposição clara (o fator da estabilidade). Se o governo tivesse tempo para produzir alguns resultados, igrejas como a AD poderiam até se dividir politicamente. A Universal, por outro lado, unida, teria a política de comunicações como pedra de toque (o fator denominacional). (FRESTON, 1993, p. 286)





O tramite da PEC 171/1993 foi bastante conturbado. A proposta foi apresentada em 1993 pelo Deputado Federal Benedito Domingos (PP/DF), e relatada inicialmente por Luiz Clerot (PMDB/PB), ambos pastores, que incluíram diversas citações da Bíblia na justificativa do projeto que reduzia a maioridade penal para 16 anos (LACERDA, 2018, p. 108). Apesar do apoio de diversos parlamentares, a proposta só teve andamento em 2015, na 55ª Legislatura, com o apoio da Frente Parlamentar Evangélica. O relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) naquela legislatura era o Deputado Federal Luiz Couto (PT/PB), que juntamente com Padre João (PT/MG) eram os dois padres no exercício da atividade parlamentar naquele momento. O relatório foi desfavorável à PEC e ambos votaram contra, “em situação que ilustra a distância entre clérigos católicos e evangélicos no parlamento – embora fiéis católicos impulsionem pautas neoconservadoras” (Idem, p. 109).

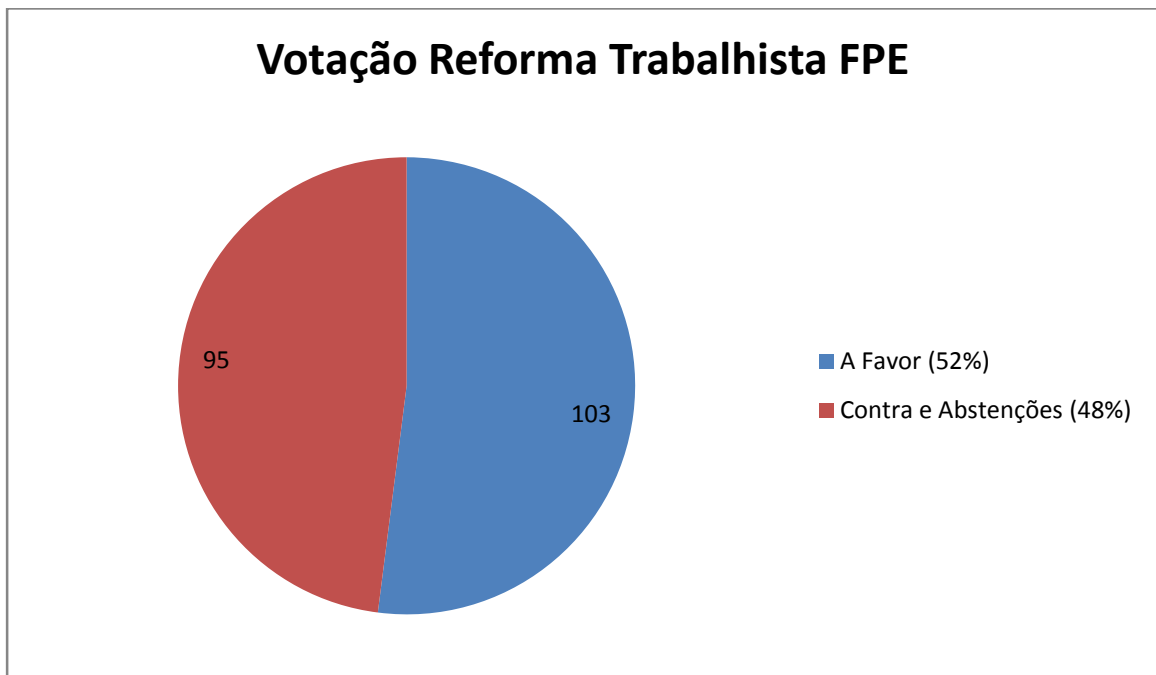
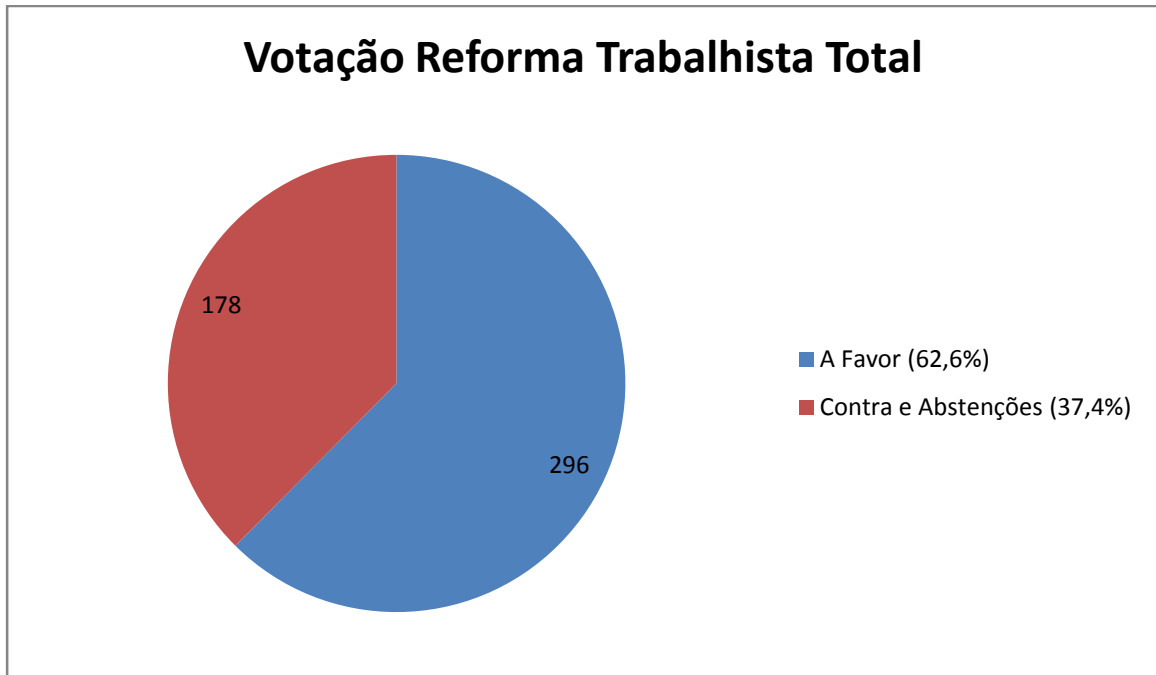
A solução apresentada pela FPE foi a apresentação de um relatório alternativo pelo Deputado Federal Marcos Rogério (PDT/RO), integrante da frente, que foi o vencedor na CCJC. Foi depois instituída comissão especial para análise da PEC, cujo relatório vencedor propunha redução da maioridade penal para uma série de tipos penais. Quando foi para votação em plenário, a proposta obteve 303 votos favoráveis, abaixo dos 308 necessários. No dia seguinte à votação, o Presidente da Câmara, integrante da bancada evangélica, convocou nova sessão para análise de uma emenda aglutinativa à PEC que permitiu nova votação, apresentada pelos Deputados Federais Rogério Rosso (PSD/DF) e Andre Moura (PSC/SE). Nesta emenda, a redução da maioridade penal para 16 anos seria válida apenas para crimes

hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, e foi aprovada com 320 votos favoráveis. Importante destacar que houve uma utilização não usual de dispositivos regimentais conduzida pelo Presidente da Câmara para atingir este objetivo, parlamentar que reitero ser um dos principais expoentes da bancada evangélica naquela época:

O fato de Eduardo Cunha ter colocado em deliberação uma emenda aglutinativa referente a um projeto rejeitado no dia anterior foi uma condução incomum do processo legislativo, possivelmente indicativa de seu grande compromisso político com a pauta da redução da maioria (LACERDA, 2018, p. 110).

Na votação da PEC 171/1993, os deputados integrantes da FPE se comportaram de forma similar ao restante da Câmara dos Deputados, com leve vantagem percentual em comparação ao total dos integrantes desta casa legislativa. Neste caso específico, note-se que a matéria atinge principalmente pessoas de baixa renda, mais sujeitas ao encarceramento. Conforme dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, 75% dos encarcerados têm até o ensino fundamental completo em 2014, o que é um indicador de baixa renda (BRASIL, 2016d, p.1). Como foi mostrado anteriormente, a maior parte dos membros das igrejas evangélicas possui renda inferior a dois salários mínimos, população potencialmente mais atingida pela redução da maioria penal. Por isso, mesmo a questão sendo apoiada pela direção da FPE, estando a aprovação da PEC 171/1993 como uma meta estabelecida por este grupo no Congresso, muitos parlamentares não apoiaram a matéria, como se pode auferir na redução de quase 10% do apoio da bancada em comparação à votação do impeachment. Ainda assim, o apoio dos parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica foi superior à média do restante da Câmara dos Deputados.

A reforma trabalhista proposta por parlamentares da base do governo de Michel Temer foi outro projeto emblemático para entendermos o comportamento dos integrantes da FPE e sua relação com outras bancadas. É importante destacar que, apesar do apoio formal por meio de discurso a diversos projetos que são propostos por bancadas aliadas, a exemplo da segurança pública e do agronegócio, este apoio na prática possui limitações, como foi exposto na votação da redução da maioria penal, mas cuja situação se torna mais explícita quando são tratados temas mais sensíveis a este grupo social nesta faixa de renda, como quando são tratadas as relações de trabalho.



Na votação do PL 6787/2016, que trata da reforma trabalhista proposta por deputados aliados a Michel Temer, o comportamento dos deputados da FPE foi completamente contraintuitivo se considerarmos os trabalhos anteriormente citados, nos quais os evangélicos seriam aliados às bancadas da segurança pública e do agronegócio. Enquanto os deputados em sua totalidade votaram 62,6% a favor da aprovação do projeto, os deputados integrantes da FPE tiveram um percentual mais de 10% inferior à media total, com apenas 52% de seus signatários votando à favor da peça legislativa.

A hipótese que levanto para explicar este comportamento nesta votação específica é o fato de que a reforma trabalhista proposta relativizou uma série de direitos consolidados e que não foi bem-vista por uma boa parte da população de baixa renda, faixa de renda na qual estão inseridos a maior parte dos evangélicos, em especial os pentecostais, como pode ser visto na tabela 1, com os dados analisados anteriormente. Tendo isto em consideração, podemos entender que os parlamentares neste caso não priorizaram sua aliança com outras bancadas, mas sim o reflexo negativo que sua participação apoiando esta proposta teria em seu eleitorado. Ainda assim, a maioria dos integrantes da FPE votou favoravelmente à reforma trabalhista, o que reflete no “Manifesto à Nação”, documento que será analisado mais à frente neste trabalho.

Importante destacar que se buscou dados relativos à vinculação de cada parlamentar a uma corrente religiosa para tornar a pesquisa mais completa, se diferenciando o comportamento dos parlamentares de acordo com sua denominação religiosa, contudo não foram encontrados dados confiáveis para todos. No que se refere a confiabilidade de dados, o caso mais relevante é o do estudo conduzido pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), fonte mais utilizada por diversos artigos e matérias jornalísticas, que subestimava o número de parlamentares para quase um terço dos signatários em virtude de uma série de incorreções.

Irei exemplificar a situação por meio de alguns equívocos. Os Deputados Federais Manata (SD/ES), Bruna Furlan (PSDB/SP) e Edinho Araújo (PMDB/SP), para citar alguns, são apontados como membros da bancada evangélica pelo DIAP, contudo não são signatários da FPE. A Deputada Federal Benedita da Silva (PT/RJ) foi apontada como sendo integrante da denominação Assembléia de Deus, quando na verdade hoje ela é da Igreja Presbiteriana, como pode ser comprovado por meio de um discurso seu no Plenário da Câmara dos Deputados durante a sessão 195.3.54.O, no qual ela falou: “Todos sabem que sou uma mulher religiosa, da Assembléia de Deus, agora na Igreja Presbiteriana” em 04 de julho de 2013 (BRASIL, 2016c, p.1).

Outra situação, desta vez referente ao número de integrantes, pode ser exposta de forma didática por meio da composição da bancada evangélica do Estado do Amazonas. Segundo o departamento, “o DIAP classifica como integrante da bancada evangélica, além dos que ocupam cargos nas estruturas das instituições religiosas – como bispos, pastores, missionários e sacerdotes –, e dos cantores de música gospel, aquele parlamentar que professa

a fé segundo a doutrina evangélica ou que se alinha ao grupo em votações de temas específicos” (DIAP, 2014, p. 106). Contudo, o estudo do DIAP aponta como único integrante da bancada evangélica o Deputado Federal Silas Câmara (PRB/AM), apesar de também serem signatários da FPE os Deputados Hissa Abrahão (PDT/AM) e Arthur Virgílio Bisneto (PSDB/AM). Apesar deste último ser católico, ele apóia as idéias conservadoras a ponto de ser integrante da Frente Parlamentar Evangélica e deveria ser considerado membro da bancada evangélica, assim como Jair Bolsonaro (PSL/RJ), que é católico mas é citado como integrante desta bancada no estudo. A situação se agrava quando comparamos Silas Câmara, um fiel da Assembléia de Deus, e Hissa Abrahão, da Aliança Evangélica, ambos Deputados Federais evangélicos eleitos pelo Estado do Amazonas integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, mas só o primeiro é apontado no estudo como integrante da bancada evangélica. Apesar do estudo do DIAP ser amplamente citado em artigos, acredito que houveram diversos equívocos, como os que foram apontados, o que resultou principalmente numa subestimação da bancada evangélica, de 198 Deputados Federais para apenas 78 integrantes.

3. DISCURSO DA BANCADA EVANGÉLICA: CONSERVADORISMO MORAL E LIBERALISMO ECONÔMICO

Como se pode auferir por meio dos projetos listados anteriormente apoiados pela FPE, muitas pautas colocam de lados opostos a bancada evangélica e a de direitos humanos. A bancada evangélica apresenta um exemplo de comportamento ideológico em relação aos temas atinentes à sua ideologia, como aborto e direitos dos homossexuais. Contudo, não possuem comportamento ideológico, e sim pragmático, em temas como previdência e direitos trabalhistas. Nota-se um tensionamento propositivo pragmático moral, mas não exclusivamente religioso.

Com o aumento da influência da bancada evangélica na elaboração de leis, “a ética e os valores das instituições religiosas tendem a orientar os posicionamentos na atividade parlamentar” (GOMES; MENEZES; NATIVIDADE, 2009, p. 19). Nos enfrentamentos na esfera pública, defensores de pontos de vista religiosos lançam mão de diversas estratégias para aprovar ou barrar medidas. Como se pode inferir pelo número de integrantes, esta bancada é uma das mais influentes na Câmara dos Deputados.

Muitos políticos de carreira, a chamada “classe política”, perderam a confiança da população, abrindo caminho para outsiders. Neste sentido, os evangélicos se mostraram preparados para aproveitar esta oportunidade, com um rebanho fiel de eleitores a seguir a orientação de seus pastores. Nas eleições de 2018 o número de deputados federais eleitos com o nome parlamentar iniciado em “pastor” foi mais alto que os eleitos em 2014, que já havia sido um recorde.

Apesar do posicionamento diferente em diversos pontos, a exemplo da ampliação das hipóteses legais de interrupção da gravidez e legalização do uso medicinal da maconha, para citar os casos mais polêmicos, os parlamentares partidários de causa liberais e os da bancada evangélica deixaram suas diferenças de lado e se juntaram na aprovação das pautas nas quais eles não têm divergência ou em que uma das partes não possui interesse algum, votando a favor apenas para apoiar seus aliados.

O documento mais importante para se analisar o impacto da bancada evangélica na agenda política nacional é o “Manifesto à Nação”, de autoria da Frente Parlamentar Evangélica e publicado em 24 de outubro de 2018, quatro dias antes da votação em segundo turno das eleições naquele ano. Neste documento, os parlamentares integrantes desta bancada

votaram em sua maioria a favor de uma série de pontos que eles entendiam que o governo brasileiro deveria adotar a partir daquele momento.

Interessante destacar que neste documento existe a defesa de uma reforma em nosso sistema eleitoral, especialmente no tocante à adoção de um sistema distrital. Isto pode ser explicado pelo fato de que, nas eleições anteriores, este setor da população era uma minoria, que geralmente tem sua representação beneficiada pelo sistema proporcional. É bom lembrar que, como exposto anteriormente, apesar de possuírem um contingente populacional considerável, nem todos os evangélicos tinham interesse em algum envolvimento político. Estamos num ponto de inflexão, no qual muitas igrejas têm se imiscuído no processo eleitoral, apoiando francamente candidatos que são alinhados às suas pautas mais ortodoxas, e este setor antes sub-representado, dependente do cálculo proporcional para obter alguma representação no Congresso Nacional, hoje claramente possui um papel de destaque, que o eleva a uma categoria de maioria. Como toda maioria, ela possui vantagens eleitorais em sistemas majoritários, a exemplo do distrital, motivo pelo qual justifico a mudança no tocante à reforma política. Isto acaba sendo corroborado por algumas estimativas que apontam o crescimento do número de evangélicos no Brasil, mas isto só poderá ser confirmado no censo a ser realizado provavelmente no próximo ano, em 2020.

Nota-se que o “Manifesto à Nação” elenca uma série de diretrizes que o futuro governo deveria seguir, diretrizes estas que foram abraçadas pelo presidente eleito quatro dias depois em sua totalidade. Deixo claro que a atuação do governo atual não é tema deste trabalho. Contudo, é bom lembrar que o apoio de muitos parlamentares integrantes da FPE foi decisivo para o enlace eleitoral do ano de 2018, e o documento em análise foi editado pelos integrantes da bancada na 55ª Legislatura, que é o foco desta dissertação. Lembro ainda que o candidato eleito no pleito presidencial de 2018 era um dos integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, o Deputado Federal Jair Bolsonaro. É esperado que este manifesto emitido pela FPE acabe por tornar público de forma mais explícita as diretrizes que seriam adotadas num eventual governo Bolsonaro, como se pode notar pelas políticas que estão sendo implementadas no atual governo.

De fato, para além da pauta tradicionalmente por nós defendida, – de preservação dos valores cristãos e de defesa da família –, compreendemos que é chegada a hora de darmos uma contribuição maior à sociedade, a qual seja consentânea aos mais de 45 milhões de eleitores brasileiros que professam a fé evangélica. Nesse sentido, cerca de 180 parlamentares federais que comungam dessa visão de mundo foram eleitos no último pleito, o que por si só demonstra

a importância deste documento programático, o qual servirá de base de atuação da Frente Parlamentar Evangélica na próxima legislatura.

Estruturado em 4 eixos principiológicos que se subdividem em 16 diretrizes, o plano “O Brasil para os Brasileiros” é um verdadeiro planejamento estratégico. Fundado sobre os eixos MODERNIZAÇÃO DO ESTADO, SEGURANÇA JURÍDICA, SEGURANÇA FISCAL e REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO, o plano foi confeccionado para oferecer soluções para os principais gargalos do desenvolvimento nacional. De fato, tendo a modernização do Estado como o ponto de partida de um amplo processo de transformação da cultura político-administrativa brasileira, o programa pugna que as bases de um novo Brasil se darão em cima do tripé segurança jurídica, segurança fiscal e revolução na educação. Afinal, são conceitos que uma vez aplicados na condução dos negócios de Estado, se retroalimentam em um círculo virtuoso, propiciando estabilidade econômica e institucional perenes, associadas ao desenvolvimento econômico e social substantivo (FPE, 2018, p. 2).

Muito se discute nesse manifesto de 60 páginas, desde alterações no sistema político, passando pela segurança pública e pela reforma tributária. Como se pode auferir pela temática, estas causas não seriam consideradas diretamente vinculadas à ideologia conservadora religiosa, o que evidencia o surgimento de uma direita mais organizada em torno de alguns objetivos em comum, uma “Nova Direita” ou “Neoconservadores” como vêm sendo colocado em muitos trabalhos acadêmicos, na qual o conservadorismo moral vem sendo aliado ao liberalismo econômico, com um toque de revanchismo contra os movimentos de esquerda. Para exemplificar melhor este ponto, dou destaque neste momento à educação, em especial ao trecho abaixo:

A destruição dos valores e princípios do mérito escolar e do mérito acadêmico-universitário contribuiu para a violência contra a civilização judaico-cristã, atingindo duramente o Cristianismo, tal como aconteceu na URSS e demais Estados totalitários, como na Itália Fascista e na Alemanha Nacional-Socialista, China, Cuba etc. O mérito é rigorosamente democrático, todos podem conquistá-lo.

O democratismo comunista é a destruição do ensino de qualidade, pois, quanto mais ideológico, mas ele se torna improdutivo, ineficiente e corrupto. O populismo educacional gerou incompetentes em todas as profissões, e as pessoas só conseguem superar esse atraso quando resistem a essa pressão e estudam por si mesmas (FPE, 2018, p. 53).

O trecho acima evidencia uma lógica de luta da “teologia da guerra ao mal” citada anteriormente, com o combate contra o inimigo não-cristão. Todo o manifesto possui traços disto, mas, como estamos num ambiente universitário, gostaria de ressaltar esta área específica, que foi defendida pela Frente Parlamentar Evangélica antes mesmo do segundo

turno do pleito eleitoral de 2018, num vislumbre do que viria em seguida. Neste sentido, podemos antever uma maior mobilização em torno de questões como “escola sem partido”:

Libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de gênero, da ideologia da pornografia, e devolver às famílias o direito da educação sexual das suas crianças e adolescentes. Defender o direito à inocência da criança como direito humano universal.

Na verdade, ou temos Escola ou temos Ideologia. São inconciliáveis. Teremos que reinserir a Escola e a Universidade públicas em seu leito tradicional e conservador: ensinar. Assim é desde a Mesopotâmia, considerada o berço da escola mundial. A instrumentalização das escolas e universidades públicas a serviço de ideologias totalitárias e ditaduras comunistas envenenou a alma e o espírito das últimas gerações, e destruiu a qualidade de ensino.

A preocupação por parte da FPE acerca da “escola sem partido”, com o combate a uma suposta militância política por parte de docentes nas instituições de ensino, foi aglomerada a pauta do combate a uma “ideologia de gênero”, denominação adotada por muitos políticos evangélicos para designar uma miríade de pensamentos mais tolerantes com relação à opção sexual dos indivíduos somado a uma gama de teorias da conspiração sobre dominação mundial de uma “ditadura totalitária”:

A ideologia de gênero é a mais nova invenção do pensamento totalitário, que imediatamente foi adotada pelas autoridades dos Governos do PT, e demais frações de esquerda autoritária. Ela desvia a escola das suas atribuições normais e investe na subversão de todos os valores e princípios da civilização. Ela consciente e deliberadamente usa o respeito inalienável da pessoa humana individual em suas tendências sexuais, direito garantido pela Constituição, em instrumento de destruição de todos os direitos e todo o respeito às crianças e adolescentes, assim como a destituição das famílias na educação da intimidade humana, direito inquestionável e universal.

O ataque às crianças, adolescentes e suas famílias tem por objetivo destruir os alicerces da Civilização como condição prévia para a criação das condições objetivas de instituir uma ditadura totalitária, escravizando as consciências pela força do Estado. A sociedade civil fica refém do Estado. Com isso, introduziram nas escolas todo tipo de pornografia, licenciosidade, perversão etc. Será necessária uma campanha ininterrupta de combate à sexualização e erotização das crianças e adolescentes em todo o Brasil, utilizando-se todos os meios possíveis, e punindo severamente todos que atentarem contra a inocência infantil.

De outro lado, devemos instituir o Ensino Moral como conteúdo transversal em todas as disciplinas, visando a formação e sustentabilidade moral, ética e cívica das gerações. Difundir os mais elevados e profundos princípios e valores da Civilização. Universalizar o respeito à vida da pessoa humana individual (FPE, 2018, p. 54-55).

Saindo do aspecto religioso evangélico mais aguerrido vinculado a uma certa esquizofrenia ideológica presente principalmente na parte dedicada à educação, o documento também aborda temas relativos à defesa de ideais liberais na economia. Isto está presente especialmente no capítulo dedicado à “segurança fiscal”:

A segurança fiscal deve ser a meta das metas. Sem sustentabilidade econômica todos os demais projetos e objetivos restarão frustrados. A responsabilidade fiscal deve ser considerada como um valor intrínseco à gestão, e conduta exigida de todos os agentes políticos que administrem a coisa pública.

Ter um Estado que obtenha superávits primários consecutivos é medida de higiene institucional, pois disso depende a saúde da economia nacional e das instituições do país, assim como a proteção dos mais necessitados, que sempre são os mais vulneráveis à volta da carestia provocada por surtos inflacionários. Afora isso, o sistema tributário deve ser simplificado, e a tributação deve ser deslocada do consumo para a renda, não apenas por questão de justiça social como para impor dinamismo à economia brasileira.

Ademais, a modernização previdenciária deve ter como princípios a contributividade e a sustentabilidade financeira, lastreada em robusto cálculo atuarial.

Por fim, a independência da Autoridade Monetária de um lado ajuda a blindar a economia de governos populistas e perdulários, e de outro dá aos agentes econômicos um nível de confiança superior, que torna o dinheiro mais barato e dinamiza investimentos; gerando trabalho, emprego, renda e tributos (FPE, 2018, p. 35-36).

Devo lembrar, nesta etapa do trabalho, que a presente dissertação tem como objetivo a análise da bancada evangélica, e não da empresarial ou da liberalização econômica. Contudo, como pode ser notado, a pauta defendida pela Frente Parlamentar Evangélica possui traços claramente liberais na economia. O manifesto chega a ponto de enumerar uma série de propostas para simplificação tributária, de reforma do sistema previdenciário e novas diretrizes para a condução das relações internacionais do Brasil. Apesar de uma parte considerável dos membros da FPE terem votado contra a reforma trabalhista, o que indicaria uma opção contrária a mudança nas leis laborais, a maioria votou a favor.

Este manifesto foi redigido ao final da 55ª Legislatura como uma orientação a ser seguida pela próxima que iria assumir e uma diretriz ao executivo. Foi fruto da relação que a bancada evangélica teve com outras, a exemplo da do agronegócio e da segurança pública. A influência que as demais pautas de natureza não só moral, mas também econômica das outras bancadas, gerou um misto de conservadorismo e liberalismo que caracterizam esta “Nova

Direita” que está surgindo, direita esta que se diferencia da direita intervencionista na economia característica do Regime Militar.

Por isso, encerro o presente trabalho com esta análise dos pontos principais deste manifesto, que resumem o ponto em que chegou esta bancada após o longo e turbulento caminho pelo qual ela passou nos últimos quatro anos da política nacional. Passando de um movimento setorial que defendia unicamente causas morais, a Frente Parlamentar Evangélica chegou a ter 198 parlamentares na 55ª Legislatura, tendo um de seus mais notórios integrantes se tornando o Presidente da Câmara dos Deputados, e outro ganhando a eleição de 2018 e ascendendo ao cargo de Presidente da República.

CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou expor de forma sintética as origens, motivações, composição e principais motivações da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados, fazendo uma análise crítica de seu desempenho na 55ª Legislatura. Desta forma, espero ter contribuído para uma melhor compreensão não só da conjuntura política entre fevereiro de 2015 e janeiro de 2019, mas também do cenário atual, uma vez que um dos membros da FPE foi eleito Presidente da República, com uma participação ativa e apoio de diversos líderes evangélicos e de suas igrejas.

O envolvimento de seus membros em momentos-chave para a nação mostra a relevância que este grupo de parlamentares, reunidos numa frente parlamentar em defesa de valores conservadores, pode ter na definição dos rumos de nosso país nos próximos anos. O envolvimento entre religião e política tem se tornado cada vez mais próximo, com a defesa de pautas conservadoras morais por diversos parlamentares e membros do Poder Executivo, com destaque não só ao Presidente da República, mas também aos seus Ministros.

Certamente a bancada evangélica terá uma influência ainda maior daqui em diante, como pode ser notado pela implementação de políticas públicas pelo atual governo à semelhança das diretrizes presentes no “Manifesto à Nação”. A atuação de seus parlamentares na legislatura passada antecipa o comportamento esperado dos mesmos no atual momento político, com a notoriedade de que o mesmo tende a se tornar mais radical e beligerante.

Destaco que muitos projetos patrocinados por esta bancada tiveram sua tramitação retomada na 56ª Legislatura, muitos já prontos para votação em plenário. Outros foram objeto de Decretos do Poder Executivo ou levados à efetividade normativa precária por meio de Medida Provisória, a exemplo da ampliação das categorias autorizadas a portar armas e regularização fundiária.

A atuação desta bancada também pode ser vista, e isto desde a 55ª Legislatura, na pressão para que ações do Governo Federal sejam direcionadas para a defesa de suas pautas, tendo como recíproca o apoio a medidas do Governo no Congresso. Ações como a atuação do Ministério da Educação para implementar uma “Escola Sem Partido” e sem “ideologia de gênero”, ou o realinhamento das Relações Exteriores do Brasil no sentido de guiar suas alianças com países cujos líderes são ideologicamente de direita, sem considerar os aspectos

comerciais e estratégicos dos acordos que já haviam sido firmados, são exemplos deste comportamento.

Se considerarmos os estudos de Freston e Lacerda, que apontam um crescimento paulatino da influência de religiosos evangélicos desde ao menos a redemocratização, passando por um crescimento na década de 1990, aumento considerável em 2007 e consolidação de uma bancada evangélica em 2015, a tendência é que o poder da religião será maior nos próximos anos.

Tabela 2 – Votação dos Parlamentares da FPE

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
ADAIL CARNEIRO	X		X	PODE	CE
ADEMIR CAMILO		X		MDB	MG
AGUINALDO RIBEIRO	X		X	PP	PB
ALAN RICK	X	X	X	DEM	AC
ALBERTO FRAGA	X	X	X	DEM	DF
ALCEU MOREIRA	X	X	X	MDB	RS
ALEXANDRE SERFIOTIS	X	X	X	PSD	RJ
ALEXANDRE VALLE	X			PR	RJ
ALFREDO KAEFER	X	X	X	PP	PR
ALIEL MACHADO				PSB	PR
ALTINEU CÔRTEZ	X	X	X	PR	RJ
ALUISIO MENDES		X	X	PODE	MA
ANDERSON FERREIRA	X	X		PR	PE
ANDRÉ ABDON	X	X	X	PP	AP

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
ANDRE MOURA	X	X	X	PSC	SE
ANTONIO BULHÕES	X	X	X	PRB	SP
ANTONIO CARLOS MENDES THAME			X	PV	SP
ANTÔNIO JÁCOME	X	X		PODE	RN
ARIOSTO HOLANDA				PDT	CE
ARNALDO FARIA DE SÁ	X	X		PP	SP
ARNALDO JORDY	X			PPS	PA
ARTHUR LIRA	X	X	X	PP	AL
ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO	X	X	X	PSDB	AM
AUGUSTO COUTINHO	X	X	X	SOLIDARIEDADE	PE
AUREO	X			SOLIDARIEDADE	RJ
BEBETO				PSB	BA
BENEDITA DA SILVA				PT	RJ
BETINHO GOMES	X		X	PSDB	PE
BETO MANSUR	X	X	X	MDB	SP

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
BETO SALAME				PP	PA
CABO SABINO	X	X		AVANTE	CE
CACÁ LEÃO		X	X	PP	BA
CAPITÃO AUGUSTO	X	X	X	PR	SP
CARLOS ANDRADE	X	X		PHS	RR
CARLOS GOMES	X	X	X	PRB	RS
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	X	X	X	DEM	TO
CARLOS MANATO	X	X		PSL	ES
CARLOS MELLES	X	X	X	DEM	MG
CÉLIO SILVEIRA	X	X	X	PSDB	GO
CELSO JACOB		X	X	MDB	RJ
CELSO MALDANER	X	X	X	MDB	SC
CÉSAR HALUM	X	X	X	PRB	TO
CHICO LOPES				PCdoB	CE
CLARISSA GAROTINHO				PROS	RJ
CRISTIANE BRASIL	X	X	X	PTB	RJ

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
DAMIÃO FELICIANO				PDT	PB
DÂMINA PEREIRA	X	X		PODE	MG
DELEGADO ÉDER MAURO	X	X	X	PSD	PA
DELEGADO WALDIR	X	X		PSL	GO
DIEGO ANDRADE	X	X		PSD	MG
DIEGO GARCIA	X			PODE	PR
DILCEU SPERAFICO	X	X	X	PP	PR
DOMINGOS NETO			X	PSD	CE
DOMINGOS SÁVIO	X	X	X	PSDB	MG
DR. JOÃO	X	X		PR	RJ
EDMAR ARRUDA		X	X	PSD	PR
EDUARDO BOLSONARO	X	X	X	PSL	SP
EDUARDO CUNHA	X			MDB	RJ
EDUARDO DA FONTE	X	X		PP	PE
ELIZEU DIONIZIO	X	X	X	PSB	MS

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
ELIZIANE GAMA	X			PPS	MA
ERIVELTON SANTANA	X	X	X	PATRI	BA
EROS BIONDINI	X	X		PROS	MG
EVANDRO GUSSI	X		X	PV	SP
EVANDRO ROMAN	X	X	X	PSD	PR
EXPEDITO NETTO	X	X		PSD	RO
EZEQUIEL TEIXEIRA	X	X		PODE	RJ
FABIO GARCIA	X	X	X	DEM	MT
FÁBIO MITIDIERI		X		PSD	SE
FÁBIO SOUSA	X	X	X	PSDB	GO
FABRICIO OLIVEIRA				PSB	SC
FAUSTO PINATO	X	X	X	PP	SP
FELIPE MAIA	X	X	X	DEM	RN
FLAVINHO	X			PSC	SP
FRANCISCO FLORIANO	X		X	DEM	RJ
GENECIAS	X			SOLIDARIEDADE	CE

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
NORONHA					
GEOVANIA DE SÁ	X	X		PSDB	SC
GILBERTO NASCIMENTO	X	X	X	PSC	SP
GONZAGA PATRIOTA	X	X		PSB	PE
GORETE PEREIRA		X	X	PR	CE
GOULART	X	X	X	PSD	SP
HÉLIO LEITE	X	X	X	DEM	PA
HEULER CRUVINEL	X	X	X	PP	GO
HISSA ABRAHÃO	X			PDT	AM
HUGO LEAL	X			PSD	RJ
IRMÃO LAZARO	X	X		PSC	BA
IZALCI LUCAS	X	X	X	PSDB	DF
JAIR BOLSONARO	X	X	X	PSL	RJ
JEFFERSON CAMPOS	X	X	X	PSB	SP
JHC		X		PSB	AL
JHONATAN DE JESUS	X	X		PRB	RR

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
JOÃO ARRUDA	X		X	MDB	PR
JOÃO CAMPOS	X	X		PRB	GO
JOÃO CASTELO	X	X		PSDB	MA
JOÃO DERLY	X			REDE	RS
JOAQUIM PASSARINHO	X	X	X	PSD	PA
JONY MARCOS	X	X		PRB	SE
JORGE TADEU MUDALEN	X	X	X	DEM	SP
JOSÉ FOGAÇA	X			MDB	RS
JOSE STÉDILE	X			PSB	RS
JOSUÉ BENGTON	X	X	X	PTB	PA
JÚLIA MARINHO	X	X		PSC	PA
JÚLIO DELGADO	X			PSB	MG
KAIO MANIÇOBA	X	X	X	SOLIDARIEDADE	PE
LAERCIO OLIVEIRA	X		X	PP	SE
LAERTE BESSA	X	X	X	PR	DF
LAUDIVIO CARVALHO	X	X		PODE	MG

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
LÁZARO BOTELHO	X	X	X	PP	TO
LEO DE BRITO				PT	AC
LEONARDO QUINTÃO	X	X	X	MDB	MG
LEÔNIDAS CRISTINO				PDT	CE
LEOPOLDO MEYER	X			PSB	PR
LINCOLN PORTELA	X	X		PR	MG
LINDOMAR GARÇON	X	X	X	PRB	RO
LUCIO MOSQUINI	X	X	X	MDB	RO
LUIS CARLOS HEINZE	X	X	X	PP	RS
LUIS TIBÉ	X	X	X	AVANTE	MG
LUIZ CARLOS BUSATO	X			PTB	RS
LUIZ CARLOS HAULY	X	X	X	PSDB	PR
LUIZ CARLOS RAMOS	X	X		PR	RJ
LUIZ CLÁUDIO	X	X	X	PR	RO
LUIZ LAURO FILHO	X	X	X	PSB	SP

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
MAIA FILHO			X	PP	PI
MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO	X	X		PSL	MG
MÁRCIO MARINHO	X	X	X	PRB	BA
MARCO TEBALDI	X		X	PSDB	SC
MARCOS ROGÉRIO	X	X	X	DEM	RO
MARCUS VICENTE	X	X	X	PP	ES
MARIA HELENA	X		X	MDB	RR
MÁRIO HERINGER	X			PDT	MG
MÁRIO NEGROMONTE JR.		X	X	PP	BA
MAURO LOPES	X		X	MDB	MG
MAX FILHO	X			PSDB	ES
MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO	X	X	X	DEM	SP
MORONI TORGAN	X	X		DEM	CE
MOSES RODRIGUES	X	X	X	MDB	CE
NELSON MARQUEZELLI	X	X	X	PTB	SP

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
NEWTON CARDOSO JR	X		X	MDB	MG
NILTO TATTO				PT	SP
NILTON CAPIXABA	X	X	X	PTB	RO
ODELMO LEÃO	X	X		PP	MG
ORLANDO SILVA				PCdoB	SP
OSMAR SERRAGLIO	X	X		PP	PR
OSMAR TERRA	X			MDB	RS
OTAVIO LEITE	X	X	X	PSDB	RJ
PASTOR EURICO	X	X		PATRI	PE
PAULO FOLETTO	X	X	X	PSB	ES
PAULO FREIRE COSTA	X	X		PR	SP
PAULO MAGALHÃES			X	PSD	BA
PAULO PEREIRA DA SILVA	X	X		SOLIDARIEDADE	SP
PAULO TEIXEIRA				PT	SP
PEDRO CUNHA LIMA	X	X	X	PSDB	PB

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
POMPEO DE MATTOS				PDT	RS
PR. MARCO FELICIANO	X	X	X	PODE	SP
PROFESSOR VICTÓRIO GALLI	X	X	X	PSL	MT
RAFAEL MOTTA	X	X		PSB	RN
RAQUEL MUNIZ	X	X	X	PSD	MG
RAUL JUNGMANN				PPS	PE
RICARDO IZAR	X	X	X	PP	SP
ROBERTO ALVES	X	X	X	PRB	SP
ROBERTO SALES	X	X		DEM	RJ
ROCHA		X		PSDB	AC
RONALDO CARLETTO		X	X	PP	BA
RONALDO FONSECA	X	X		PODE	DF
RONALDO MARTINS	X	X		PRB	CE
RONALDO NOGUEIRA	X	X	X	PTB	RS
RÔNEY NEMER	X	X		PP	DF

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
ROSANGELA GOMES	X	X	X	PRB	RJ
ROSINHA DA ADEFAL				AVANTE	AL
RUBENS PEREIRA JÚNIOR				PCdoB	MA
SAMUEL MOREIRA	X	X		PSDB	SP
SANDES JÚNIOR		X		PP	GO
SÉRGIO BRITO		X		PSD	BA
SERGIO SOUZA	X	X	X	MDB	PR
SERGIO VIDIGAL	X			PDT	ES
SHÉRIDAN	X	X	X	PSDB	RR
SILAS CÂMARA	X		X	PRB	AM
SÓSTENES CAVALCANTE	X	X	X	DEM	RJ
STEFANO AGUIAR	X	X		PSD	MG
TAKAYAMA	X	X	X	PSC	PR
TIA ERON	X	X		PRB	BA
TONINHO WANDSCHEER	X		X	PROS	PR
VALADARES	X	X		PSB	SE

DEPUTADO	IMPEACHMENT	PEC 171/1993	PL 6787/2016	PARTIDO	UF
FILHO					
VALDIR COLATTO	X	X	X	MDB	SC
VALMIR ASSUNÇÃO				PT	BA
VALTENIR PEREIRA	X	X	X	MDB	MT
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	X	X		PSB	PB
VICENTINHO JÚNIOR		X	X	PR	TO
VINICIUS CARVALHO	X	X	X	PRB	SP
VITOR LIPPI	X	X	X	PSDB	SP
VITOR VALIM	X	X		PROS	CE
WALNEY ROCHA		X		PATRI	RJ
WALTER ALVES	X	X		MDB	RN
WASHINGTON REIS	X			MDB	RJ
WILLIAM WOO				PP	SP
ZÉ CARLOS				PT	MA
ZÉ GERALDO				PT	PA
ZÉ SILVA	X	X		SOLIDARIEDADE	MG

Fonte dos dados: BRASIL, Câmara dos Deputados. Tabulação do autor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leonardo. **O que Saber sobre os Evangélicos e a Política no Brasil: partidos, representantes e eleições presidenciais**. Curitiba: Prismas, 2014.

ANAJURE – Associação Nacional dos Juristas Evangélicos. **Propostas de Políticas Públicas e Projetos de Lei**. Disponível em: <<http://www.anajure.org.br/liberdades-civis-fundamentais/propostas-de-politicas-publicas-e-projetos-de-lei/>>. Acesso em 04/10/2016.

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. *A Igreja Católica e o Estado Brasileiro*. IN: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (organizadores). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2007.

ARMSTRONG, Karen. **Em Nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 109-120, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000300009&script=sci_arttext>. Acesso em 23/01/2018.

BABIRESKI, Flávia Roberta; BOLOGNESI, Bruno; BORGES, Tiago Daher Padovezi. **No Voto e na Fé: bases sociais e estratégias eleitorais dos candidatos evangélicos nas eleições de 2016 em Curitiba**. 41º Encontro Anual da Anpocs. GT 22 – Partidos e sistemas partidários. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt22-21/10812-no-voto-e-na-fe-bases-sociais-e-estrategias-eleitorais-dos-candidatos-evangelicos-nas-eleicoes-de-2016-em-curitiba/file>>. Acesso em 23/01/2018.

BACELAR, Carina; CARVALHO, Cleide. *Bancada evangélica cresce 14% e deve prejudicar causas LGBT*. **Jornal O Globo (site)**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/bancada-evangelica-cresce-14-deve-prejudicar-causas-lgbt-14178049#ixzz42WeJIYEe>>. Acesso em 09/03/2016.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. **Representação Partidária e a Presença dos Evangélicos na Política Brasileira**. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06122007-112255/publico/TESE_TIAGO_D_P_BORGES.pdf>. Acesso em: 03/10/2016.

BRASILa, Câmara dos Deputados. **Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional**. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>>. Acesso em 01/09/2019.

_____ b. **Regimento Interno da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2017-2016.pdf>>. Acesso em 01/09/2019.

_____ c. **Sessão 195.3.54.O – Discursos e Notas Taquigráficas**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=195.3.54.O&nuQuarto=11&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:30&sgFaseSessao=PE%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=04/07/2013&txApelido=BENEDITA%20DA%20SILVA&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>. Acesso em 01/09/2019.

_____ d. **Sistema Carcerário Brasileiro: negros e pobres na prisão**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>>. Acesso em 01/09/2019.

CASSOTTA, Priscilla Leine. **Uma Análise do Comportamento dos Deputados Evangélicos no Legislativo Brasileiro**. E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, v. 9. n. 20. ago. 2016. p. 75-101. ISSN 2175-0688. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/259>>. Acesso em: 04/10/2016.

DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Brasília: DIAP, 2014.

DINIZ, Vinícius Werneck Barbosa. **Evangélicos e a representação política descritiva no Congresso brasileiro: uma agenda de pesquisas**. 2011. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

DUARTE, Tatiane dos Santos. **“A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá”**: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro.

2011. 229 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9803>>. Acesso em: 03/10/2016.

FPE – Frente Parlamentar Evangélica. **Manifesto à Nação**. Publicado em 24/10/2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/546684-frente-evangelica-lanca-manifesto-com-propostas-para-gestao-do-brasil/>>. Acesso em 01/09/2019.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment**. 1993. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GOMES, Edlaine de Campos; MENEZES, Rachel Aisengart; NATIVIDADE, Marcelo. *Proposições de lei e valores religiosos: controvérsias no espaço público*. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias (organizador), et al. **Valores Religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GONÇALVES, Rafael Bruno. **“Bancada evangélica?”: uma análise do discurso parlamentar evangélico durante a 52ª Legislatura da Câmara Federal**. 2011.218f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2014/06/rafael-bruno-goncalves.pdf>>. Acesso em: 04/10/2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 – características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Brasília: IBGE, 2012.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de Periferia: articulação familista, primitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados**. 2018. 207f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia – desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. *Impedindo Dilma*. **Novos estudos**, São Paulo, n. jun 2017, p. 5-13, 2017.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos**. Revista Religião & Sociedade, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 45-72,dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872015000200045&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 25/09/2016.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timoty. **Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais**. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PIERUCCI, Antonio Flávio. *Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte*. **Ciências Sociais Hoje**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, pp. 104-32, 1989.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, Ideologia e Composição Social – um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Edelstein, 2009.

SOTTOMAIOR, Daniel. **O Estado Laico**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alpha-Omega, 1990.

VIANA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.